

MARCO FLÁVIO FERREIRA

**OS DISCURSOS DA SUSTENTABILIDADE: SENTIDOS
ENTRE O DITO E O NÃO DITO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA MUNDIALIZADA**



**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALEGRE
2013**

MARCO FLÁVIO FERREIRA

**OS DISCURSOS DA SUSTENTABILIDADE: SENTIDOS
ENTRE O DITO E O NÃO DITO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA MUNDIALIZADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e sociedade

Orientadora: Prof^ª. Dra. Telma Domingues da Silva

**POUSO ALEGRE, MG.
2013**

FERREIRA, Marco Flavio.

Os discursos da sustentabilidade: Sentidos entre o dito e o não dito na sociedade capitalista mundializada./UNIVAS- Universidade do Vale do Sapucaí, 2013.

81f.

Trabalho de dissertação, (Mestrado) UNIVAS - Universidade do Vale do Sapucaí, curso de Ciências da Linguagem, 2013.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Discurso. 3. Sujeito

I. Título

MARCO FLÁVIO FERREIRA

**OS DISCURSOS DA SUSTENTABILIDADE: SENTIDOS
ENTRE O DITO E O NÃO DITO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA MUNDIALIZADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Aprovado em 22 de fevereiro de 2013.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Telma Domingues da Silva - Instituição: Universidade do Vale do Sapucaí.

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Débora Raquel H. Massmann - Instituição: Universidade do Vale do Sapucaí.

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Vinicius de Sousa -

Instituição: Instituto Federal – Sul de Minas.

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof.^a Telma por sempre acreditar que poderíamos realizar este trabalho, por sua calma e tranquilidade na orientação que muito contribuiu para o término deste trabalho.

Aos professores do mestrado que compartilharam seus conhecimentos, a Professora Mirian Santos que sempre nos incentivo a estudar e procurar entender um pouco a cada dia. Ao Prof. João Batista por nos mostrar que a ciência tem várias linguagens. A Prof.^a Debora pelo carinho com que preparava suas aulas e a dedicação em compartilhar seus conhecimentos. A Prof.^a Onice pela contribuição e observações feitas durante a banca de qualificação. Ao Prof. Lauro por sempre tirar nossas dúvidas. A Prof.^a Neide que me auxiliou me ajudando a dar os primeiros passos.

À Prof.^a Eni por fazer de sua aula momentos inesquecíveis de aprendizagem de uma nova forma de procurar entender a comunicação entre os homens e suas contribuições na construção deste trabalho.

A minha mãe Edna e meu pai Vicente (em memória), aos meus irmãos Ferreira e Adriane por acreditarem que sempre poderia ir mais longe.

A minha esposa Luciana e aos meus filhos Jéssica, Gabriel e Cauê pelo carinho, apoio e respeito em momentos difíceis.

Aos meus colegas de mestrado por compartilhar momentos de convivência felizes que fazem parte da minha história.

Ao Prof. Benedito pela torcida e incentivo para o término deste trabalho.

Às bibliotecárias, Ana Rita, Angélica, Eleine, Inês e Ivanise pela presteza no atendimento.

“O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, como o rápido progresso da ciência e da tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escalas sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem é o meio ambiente essencial para o bem-estar e para gozo dos direitos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida”.

(Declaração de Estocolmo - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 5 a 16 de junho de 1972)

FERREIRA, Marco Flavio. **Os discursos da sustentabilidade: sentidos entre o dito e o não dito na sociedade capitalista mundializada**: 2013. Trabalho de dissertação de mestrado do Curso de Ciências da Linguagem. Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2013.

RESUMO

A pesquisa aborda como a Análise de Discurso vem contribuir com um novo olhar para a história, para o homem e principalmente na compreensão da linguagem e dos sentidos que são produzidos por ela. Desta forma, a escolha do tema baseia-se na expectativa de contribuir para a compreensão do funcionamento da linguagem, de uma sociedade capitalista e de seus discursos econômicos, em um contexto específico: o desenvolvimento sustentável. Este trabalho objetiva o melhor entendimento da relação entre os sujeitos e suas interposições. Assim sendo, a pesquisa foi fundamentada em opiniões de autores renomados no tema, com o intuito de enriquecer o conteúdo e disponibilizar um material que possa despertar para a conscientização sobre a importância das questões ambientais, por parte da sociedade. Com a elaboração do trabalho foi possível constatar que a expressão “desenvolvimento sustentável” traz um novo sentido e novos valores; foi introduzido à sociedade na década de 70, quando a consciência da necessidade da preservação ambiental começou a ser instigada em todo o planeta, visto que as agressões ao meio ambiente poderiam afetar as futuras gerações. A expressão é bastante complexa e exige bastante disposição para entendê-la, devido a essa característica é um objeto oportuno para análise de discurso, que compreende na tratativa do discurso: a palavra em movimento, o homem falando, relação do sujeito com os sentidos e com o mundo, através da história e da ideologia. A análise compreende nos *corpus* do discurso religioso na Campanha da Fraternidade e pelo paralelo entre a Carta da Terra e o relatório de Stern. Os recursos de argumentação utilizados no decorrer do trabalho são atuais e de cunho mundial, facilitando o alcance do objetivo.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável, Discurso, Sujeito.

FERREIRA, Marco Flavio. The discourse of sustainability: directions between what is said and not said in the globalized capitalist society: 2013. Working dissertation Course Language Sciences. Universidad of Vale of Sapucaí, Pouso Alegre, 2013.

ABSTRACT

The research discusses how discourse analysis will add a new look to history for man and especially in language comprehension and senses that are produced by it. Thus, the choice of the theme is based on the expectation of contributing to the understanding of language functioning in a capitalist society and its economic discourses in a specific context: sustainable development. This work aims to better understand the relationship between the subjects and their interpositions. Thus, the research was based on the opinions of renowned authors on the subject, in order to enrich the content and provide a material which can awake to awareness about the importance of environmental issues, from society. With the development of the work it was established that the expression "sustainable development" brings a new meaning and new values, was introduced to society in the 70s, when awareness of the need for environmental conservation began to be instigated across the planet, since that the damage to the environment could affect future generations. The expression is quite complex and requires a lot of willingness to understand it, because of this feature is a timely subject for discourse analysis, comprising the dealings of discourse: the word in motion, the man speaking subject's relation to the senses and with the world, throughout history and ideology. The analysis comprises the corpus of religious discourse in the Fraternity Campaign and the parallel between the Earth Charter and the Stern report. The resources of argument used in this work are current and die world, facilitating the achievement of the goal.

Keywords: *Sustainable Development, Speech, Subject.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO OBJETO DE DISCURSO	11
2. HISTÓRICO AMBIENTAL	17
2.1 Despertar do ser humano.....	17
3. SUSTENTÁVEL? É O NOSSO FUTURO COMUM.....	23
3.1 O surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	23
3.2 O discurso da abrangência do Desenvolvimento Sustentável	24
3.3 Pressupostos do Desenvolvimento Sustentável	25
3.4 Efeito Estufa: principal alerta para o nosso planeta.....	28
3.5 Desenvolvimento Sustentável: discurso em movimento.....	29
3.5.1 Protocolo de Kyoto: grande marco mundial.....	30
3.5.2 Copenhague 2009: aquém das expectativas	32
3.5.3 Rio + 20: evento grandioso.....	33
4. ANÁLISE DE DISCURSO - UMA NOVA PRÁTICA CIENTÍFICA.....	35
4.1 O discurso.....	39
4.2 Ideologia contemporânea.....	41
4.3 Os dizeres e os sentidos do discurso: Salvem o Planeta	42
4.4 O silêncio como artifício.....	45
5. AS DIFERENTES POSIÇÕES SUJEITO E O DISCURSO	48
5.1 O discurso religioso	48
5.2 O Relatório Stern.....	53
5.3 O discurso universal: Carta da Terra	57
5.4 Análogo entre a Carta e o Relatório	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXO	71

MEMORIAL DESCRITIVO

A trajetória profissional somada à trajetória pessoal traçadas até o presente instante da minha vida, trouxeram a percepção do ensejo para a realização desta pesquisa, com o intuito do enriquecimento dos conhecimentos e estudos, frente à abordagem do discurso de um assunto, considerado atualmente, como essencial para a sobrevivência das futuras gerações em nosso planeta.

Como Economista de formação e especialista em Gestão Executiva de Negócios, tive a oportunidade de trabalhar em empresas de grande porte como gestor e também como empresário no setor calçadista; experiências que permitiram uma alavancagem profissional para um novo segmento, o educacional.

Nos últimos 13 anos estive a frente de instituições da área educacional, como diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC de Varginha - MG; Gerente Regional da Federação das Indústrias Minas Gerais onde, em minha gestão foi implantado o curso de pós-graduação em Gestão Executiva de Negócios; diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI de Itajubá - MG e coordenador da Universidade do Vale do Sapucaí no curso de Administração com ênfase em Comércio Exterior.

A responsabilidade com que vivenciei estas posições de sujeito em minhas experiências profissionais despertou o interesse em haver uma forma de melhorar a comunicação entre as pessoas que convivem diariamente nas empresas. E ainda, procurar entender melhor o discurso do desenvolvimento sustentável na sociedade civil.

Com esta trajetória eclética sempre busquei o aprendizado e novos caminhos de entender e reaprender o novo, com destaque para a educação e sua diversidade. Na busca de entender estes novos conhecimentos, encontrei no mestrado de Ciências da Linguagem uma nova oportunidade e um grande desafio.

INTRODUÇÃO

O que é o texto? Qual a relação entre o texto e o imaginado? Tais reflexões servem para instigar a consciência dos sujeitos, na compreensão e interpretação do homem à sua realidade. A perspectiva faz-se no sentido simbólico, de sentidos e diferentes manifestações da linguagem. A proposta é confrontá-los com outros sujeitos e com a história.

A Análise de Discurso vem contribuir com um novo olhar para a história, para o homem e principalmente na compreensão da linguagem e dos sentidos que são produzidos por ela. Através desta ciência é possível compreender o funcionamento da linguagem desse contexto específico, de uma sociedade capitalista e de seus discursos econômicos e do desenvolvimento sustentável.

Na relação com a história, a Análise de Discurso designa o legado do materialismo em que há o real da história, o homem faz história, mas ela não lhe é transparente. Conjugando língua e história na produção dos sentidos, a Análise de Discurso estuda a forma material (não abstrata como a da Linguística), que se inscreve na história para produzir sentidos. É a partir dessas complexas disciplinas que buscaremos entender o discurso da sustentabilidade em suas diferentes discursividades, ou seja, diferentes posições sujeito.

A Análise será feita utilizando a teoria da Análise do Discurso, de Michel Pêcheux, em que trata a linguagem e a ideologia como princípio constitutivo do sujeito, que são construídos ao longo de uma história, cujos sentidos não estão dados, ao contrário, movimentam-se e são construídos de forma simbólica numa relação do inconsciente e da ideologia.

Para a análise alguns conceitos serão trabalhados, dentre eles: ideologia, posição sujeito, interpelação, formações discursivas, metáfora, entre outros. O *Corpus* desta pesquisa é constituído pelo paralelo entre a Carta da Terra e o relatório de Nicholas Stern Painel (Intergovernamental sobre Mudança Climática – IPCC 2007) e a campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2010) - CNBB os quais serão tratados em sua materialidade discursiva.

Diante disso, a pesquisa tem por objetivo o melhor entendimento da relação entre os sujeitos e suas interposições, acerca do desenvolvimento

sustentável. Foi fundamentada em opiniões de autores renomados no tema, com o intuito de enriquecer o conteúdo e disponibilizar um material que possa despertar para a conscientização sobre a preservação do meio ambiente, por parte da sociedade.

O conteúdo do próximo capítulo aborda as questões do Desenvolvimento Sustentável que são passíveis de análise de discurso, levando em conta o contexto ideológico capitalista, bem como conceitos e indagações que orientam ao despertar do interesse para uma abordagem mais aprofundada sobre os temas.

O segundo capítulo revela o histórico dos acontecimentos mundo a fora, que serviram de alerta para a situação agravante que se instalara em nosso planeta, devido à ação desmedida do homem, no que se refere à utilização dos recursos naturais. Expõe também o histórico de encontros e ações, que se fizeram como comedimentos para tamanha degradação.

O capítulo três trata o Desenvolvimento Sustentável em evidência, trazendo o discurso do seu conceito, a sua ação em nosso diário, os seus alardes para nossa sobrevivência e também como vêm sendo abordado nos dias atuais pelas nações mundiais.

O quarto capítulo trabalha com a Análise de Discurso e os seus preceitos; com o embasamento teórico fundamentado em autores especialistas no assunto, permite o aprofundamento no que diz respeito à análise, admitindo que a mesma possa ser colocada em prática.

E o quinto capítulo trata exatamente disso, com o auxílio dos *corpus* é possível a realização da análise de discurso, acerca do desenvolvimento sustentável, em elementos verdadeiros, que compõem nossa realidade e interferem em nossas visões e na evolução do tema. Espera-se com esta abordagem contribuir para a disseminação do conhecimento e senso crítico, para que as ações da sociedade tenham cada vez mais, impactos positivos nas esferas econômica, social e ambiental.

Por fim são apresentadas as considerações finais obtidas através do levantamento das informações, assim como, o enriquecimento que o trabalho proporcionou.

1. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO OBJETO DE DISCURSO

Ao iniciar a pesquisa, é imprescindível lembrar de que são as perguntas que nos fazem desenvolver. Assim começamos este trabalho indagando “Quais os sentidos da sustentabilidade?” Como este trabalho se organiza a partir da Análise de Discurso, é preciso compreender as discursividades que estão investidos, procurando compreender os sentidos produzidos, levando em conta as suas determinações históricas.

Para Orlandi (2007, p.28) “a análise de discurso se interessa pela linguagem tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação. É ação que transforma, que constitui identidades. Ao falar, ao significar, eu me significo. Aí retorna a noção de ideologia, junto à idéia de movimento”.

A palavra **sustentabilidade** traz um novo sentido e novos valores; que só começaram a firmar-se meio século depois da adoção, pela Organização das Nações Unidas, da declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No fundo a expressão “Desenvolvimento Sustentável” tornou-se um valor similar ao seu mais nobre antepassado, a “justiça social”.

Mas em que sentido podemos fazer essa aproximação? Podemos pensar que se coloca em toda a sociedade a representação de demandas por parte de seus cidadãos, sendo que algumas são circunscritas a determinados setores menos favorecidos, pela busca da igualdade social e trabalho digno, por exemplo, ou grupos generalizados, como importantes organizações que interferem potencialmente no ambiente de cidades. No caso, essas duas expressões, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, representariam demandas generalizadas na sociedade capitalista.

Em um contexto histórico anterior, o espaço político se caracterizava pelo antagonismo entre discurso capitalista e discurso socialista e era nesse contexto que a demanda por justiça social se situava. Analisando a cobertura da imprensa da Eco-92, Silva (1996) aponta que o ambientalismo, ao se colocar como um discurso político no contexto da sociedade capitalista, vai se relacionar com a memória discursiva em que se produzem os sentidos desse antagonismo.

Se antes o discurso socialista se colocava como crítico em relação ao sistema de produção capitalista, a irrealização do socialismo funcionou em termos ideológico

no sentido de produzir para o discurso capitalista uma naturalização e uma universalização (PÊCHEUX, 1990). E é nesse outro contexto que a demanda pelo desenvolvimento sustentável veio se colocar. “Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso” (ORLANDI, 2001).

Com a declaração da Organização das Nações Unidas - ONU, o significado da expressão “desenvolvimento sustentável” passa a ter a mesma importância de justiça social para comunidade internacional. Mesmo que este significado fique somente na discussão e não caminhe para políticas efetivas.

O desenvolvimento sustentável está na posição de entremeio dos diferentes sentidos do desenvolvimento. Hoje os sentidos da palavra desenvolvimento estão ligados aos termos: eficiência energética, preservação do meio ambiente e muitos outros; em síntese à sustentabilidade do sistema. Embora, diversas áreas de conhecimento tenham incorporado à noção de sustentabilidade, as raízes do debate sobre seus sentidos estão nas reflexões de duas disciplinas consideradas científicas: ecologia e economia (VEIGA, 2010).

A sustentabilidade não é uma ilusão compartilhada somente de pessoas comuns, mas de grandes pensadores como o economista britânico John Maynard Keynes, porque ainda não se tinha como entender e medir os efeitos sobre o meio ambiente. Para Veiga (2008), o economista Keynes tinha uma visão extremamente otimista. Sua ideia otimista estava sustentada no fato de que parte da história documentada, que são os últimos 3.700 anos transcorreu sem grandes mudanças.

No entanto em apenas duzentos anos, ou seja, do início do século XVIII até o momento em que ele propôs tal reflexão, as invenções científicas e técnicas (máquinas a vapor, eletricidade, controle de doenças etc.) mudaram totalmente as condições de vida de grande parte da população do planeta. Keynes faz previsões otimistas (contra o pessimismo de 1929), como a previsão de que em 2030 não mais precisaríamos lutar pela subsistência. Esse fato, segundo Keynes levaria o homem a empregar sua liberdade para viver bem, sábia e agradavelmente.

Com o grande crescimento econômico dos países no mundo nunca houve tanta riqueza e fartura, mas, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição cresceram em níveis inaceitáveis. Assim sendo, a sociedade passou a se preocupar cada vez mais com o meio-ambiente e como se dá o crescimento econômico.

Nos anos 50 não se fazia qualquer distinção entre as noções de desenvolvimento e de crescimento econômico. Acreditava-se que eram apenas

denominações alternativas para o mesmo fenômeno. Este consenso se desfez em razão de crescimento econômico intensivo e localizado, quando foram criados apenas concentrações (focos) de prosperidade, cercados de miséria crescente por todos os lados (África do Sul, Senegal, Costa do Marfim, México e Brasil).

A distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico começa a se consolidar a partir de 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, publicou o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano. Criou-se um índice para se determinar o desenvolvimento, O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Mas dois fatos históricos revelaram a insuficiência do IDH, o relatório Brundtland de 1987 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, também chamada Eco 92 ou Rio 92.

A partir desses dois fatos, tornou-se mundialmente aceita a idéia de que não basta fazer com que o crescimento eleve os padrões de saúde e educação da coletividade. É imprescindível que isso aconteça sem que sejam comprometidos os fundamentos naturais da sociedade contemporânea, impedindo o desenvolvimento e até mesmo a sobrevivência das gerações futuras.

Surge então a idéia de sustentabilidade em razão de se constatar que as 13 nações com o IDH mais alto estão entre as sociedades mais insustentáveis do planeta. Países como Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha, Israel, Grécia, República Tcheca têm um alto IDH, mas um desempenho ambiental desastroso que levaria a perder o status de países desenvolvidos, caso o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD levassem em conta o aspecto ambiental.

É interessante relatar que se os aspectos ambientais fizessem parte do índice criado para avaliar os países – o IDH –, teríamos um grupo restrito: Austrália, Canadá, Finlândia, Estônia, Irlanda, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Suécia e Suíça.

O Brasil ensaia entrar neste processo com o trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o Indicador de Desenvolvimento Sustentável, contudo, enquanto não tivermos este indicador na prática continuaremos a utilizar o IDH.

Segundo Veiga (2010), no âmbito da ecologia não demorou a surgir oposição à inocente idéia de que a sustentabilidade ecossistêmica corresponderia a um suposto “equilíbrio”. Controvérsia que logo desembocou em solução de compromisso, com a

ascensão da noção de resiliência¹: a capacidade que tem um sistema de enfrentar distúrbios mantendo suas funções e estruturas. Isto é, sua habilidade de absorver choques, adequar-se a eles e, até mesmo, deles tirar benefícios, por adaptação e reorganização. Se continuar resiliente, um ecossistema sustenta-se, por mais distante que esteja do suposto equilíbrio².

Foi essa convergência teórica no âmbito da ecologia, que permitiu a passagem da antiga noção de capacidade de suporte para as comparações entre a biocapacidade de um território e as pressões a que são submetidos seus ecossistemas, devido ao aumento do consumo de energia e matéria por sociedades humanas, e suas poluições daí decorrentes. Comparação que fundamenta o indicador mais pedagógico da ideia de sustentabilidade ambiental: a “pegada ecológica”³.

Uma variante crucial dessa segunda corrente rejeita o que há de mais comum em ambas: a ênfase nos estoques. Isso, com o mesmo foco nos fluxos que, há meio século, haviam viabilizado o surgimento e padronização do sistema de contabilidade nacional e que permitiria a mensuração do produto anual de cada país, cuja versão interna (Produto Interno Bruto - PIB) se tornou o barômetro do desempenho socioeconômico perversamente extrapolado com indicador de desenvolvimento⁴.

As mazelas do PIB têm sido severamente criticadas, principalmente por ele só abranger atividades mercantis e ignorar a depreciação de recursos naturais e humanos. O que justamente provocou o atual processo de busca por alterações e extensões, com o

¹ Capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem, perceptivelmente, mudar seu estado ecológico para um estado diferente. Conceito oriundo da física: propriedade de alguns materiais de, quando exigidos ou submetidos a estresse, acumular energia sem que ocorra ruptura. Atualmente o termo também é muito utilizado para caracterizar pessoas que são capazes de lidar com problemas sob estresse ou pressão.

² Ricardo Abramovay acrescenta que o físico Albert Lazlo Barabási, grande teórico das redes reais (*real-world network theory*) distingue duas formas básicas de resiliência: a capacidade do ecossistema de reorganização após choque, que chama de “robustez”, e a capacidade de voltar ao ponto inicial, que chama de “estabilidade” (<http://www.nd.edu/~alb/>).

³ Tradução de *ecological footprint*, expressão lançada em 1992 pelo professor canadense William Rees, da Universidade da Colômbia Britânica, para indicar a quantidade de terra e água necessária para sustentar a sociedade atual, tendo em conta todos os recursos materiais energéticos gastos pela população.

⁴ O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos para o mercado, durante um determinado período. Com o objetivo de mensurar o desempenho econômico das nações, o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia.

objetivo de transformá-lo em indicador de prosperidade sustentável, mediante correções de cálculo frequentemente chamadas de “PIB verde”.

Segundo Veiga (2010), é contra todas as anteriores que – por negar que a economia seja um sistema autônomo e por entendê-la como subsistema inteiramente dependente da evolução Darwiniana e da Segunda Lei da Termodinâmica – erige-se a perspectiva biofísica, com sua inexorável entropia⁵. Em tal visão, só pode haver sustentabilidade com a minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessam esse subsistema, e daí a decorrente necessidade desvincular os avanços sociais qualitativos daqueles infundáveis aumentos quantitativos da produção e do consumo.

Falta-nos um indicador econômico de sustentabilidade, que possa desfrutar de aceitação comparável à que foi conquistada pela pegada ecológica. O Banco Mundial tem dado forte apoio à abordagem da sustentabilidade, em suas tentativas de estimar o que seria uma “poupança genuína” ou “investimento genuíno de cada país”⁶. Paralelamente, uma significativa rede de Organizações Não Governamentais - ONGs dão respaldo à variante da prosperidade sustentável em seus esforços para calcular um “indicador de progresso genuíno”⁷. Mas balanços – dessas e de outras propostas alternativas – sugerem que nenhum indicador, por melhor que possa ser, vai conseguir revelar, simultaneamente, o grau de sustentabilidade do processo socioeconômico e o grau de qualidade de vida que dele decorre.

Portanto, para a pergunta “O que é sustentabilidade?”, não há resposta simples (e muito menos definitiva). O que exige muito cuidado com os equívocos que estão sendo cometidos no emprego dessa expressão.

⁵ Toda transformação energética envolve produção de calor. Ele tende a dissipar-se e, por isso, é a forma mais degradada de energia. Embora uma parte possa ser recuperada para algum propósito útil, não se pode aproveitar todo o calor, justamente devido à sua tendência a se dissipar. Assim, a essência da Lei da Entropia é que, em sistema isolado, a degradação da energia tende a um máximo, e que tal processo é irreversível.

⁶ Indicador da taxa de riqueza nacional que está sendo destruída ou criada, incluindo os chamados “capital natural” e “capital humano”. Isto é, uma avaliação de progresso ou de retrocesso da “verdadeira” riqueza. Pretende ser uma medida sintética do desenvolvimento sustentável de um país, mediante diversas adições ou subtrações de recursos não econômicos, sobretudo ambientais, ao partir de uma base constituída pela poupança econômica nacional. Inicialmente proposto pelos economistas ambientais David Pearce e Giles Atkinson, esse indicador foi sistematizado por Kirk Hamilton (Louette, 2009).

⁷ O índice de Progresso Genuíno foi construído com pretensão de substituir o PIB por um indicador de progresso econômico sustentável. Contabiliza investimentos líquidos de capital e investimentos em trabalho, para refletir atividades não remuneradas pelo mercado, como tarefas do lar, voluntariado e cuidados com os familiares. Deduz os custos derivados da degradação ambiental, da perda de recursos naturais, das desigualdades de renda, da dívida externa, da delinquência, etc. (<http://www.rprogress.org>).

Porém, não há como interditar que se apropriem dela em outros contextos, e muitos menos proibir seu deslizamento metafórico, que já se consolidou; por exemplo, ao dizer que o comportamento de uma empresa, de uma família, ou mesmo de um indivíduo segue código ético de responsabilidade socioambiental. Os discursos do desenvolvimento sustentável e econômico se utilizam de metáforas e sentidos que só fazem sentido dentro de um contexto de uma sociedade capitalista.

A relação entre essas noções e o modo de procedimento da análise de discurso, ligando o que é estabilizado e o que é sujeito a equívoco, no movimento da descrição e da interpretação vai marcar profundamente os estudos da linguagem. Segundo Veiga e Zatz (2008) a noção de desenvolvimento sustentável já é um valor, e um valor positivo, mesmo que utópico. Assim como justiça social, democracia e tantos outros.

2. HISTÓRICO AMBIENTAL

Na Inglaterra, durante o século XVIII a indústria têxtil já começava a construir máquinas pesadas e estava à espera de uma energia acumulável que as movessem mais facilmente. Nesse momento inventava-se a máquina a vapor. Rosa (2008) afirma: “O advento da Revolução Industrial seria, portanto, o marco inicial para um mundo acelerado. Afinal, uma fábrica produzia mais bens em um dia de trabalho do que um artesão em toda a sua vida”.

Embora a invenção tenha sido provocada por necessidade industrial, terminou sendo causa revolucionária em vários setores. A invenção impulsionou à extração do carvão e do ferro. Rasgam-se as entranhas da terra para retirar delas o alimento do fogo e o ferro para novas máquinas. O fornecimento constante de energia a vapor modificou profundamente os transportes. A locomotiva a vapor devora com relativa rapidez as distâncias. Essa nova energia acelerou a manufatura, uma única máquina substituía a força de centena de cavalos e aliviava o ser humano de trabalhos braçais.

2.1 Despertar do ser humano

Barbieri (2004, p. 10) esclarece:

Na segunda metade do século XIX, começa também um intenso debate entre membros da comunidade científica e artística para delimitar áreas do ambiente natural a serem protegidas das ações para criar santuários aonde a vida selvagem pudesse ser preservada. Destaca-se, nesse aspecto a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872, considerado o primeiro no mundo. O crescimento da consciência ambiental por amplos setores da sociedade é outro fato indutor da emergência da Gestão Ambiental. No pós-guerra começa efetivamente o crescimento dos movimentos ambientalistas apoiados numa crescente conscientização de parcelas cada vez maiores da população. Entende-se por ambientalismo as diferentes correntes de pensamento de um movimento social que tem na defesa do meio ambiente sua principal preocupação.

No mesmo século 19, inspirado pela criação do Parque de Yellowstone, parques nacionais ou reservas florestais foram criados no Canadá, África do Sul, Austrália, México e Nova Zelândia. Um marco inicial da preocupação com a degradação da natureza no Brasil relaciona-se a José Bonifácio, que, em 1821, sugeriu a criação de um órgão para preservar as florestas. Porém, o Serviço Florestal foi criado

somente um século depois, em 1921, e em 1937 o primeiro parque foi inaugurado, o Parque Nacional de Itatiaia.

Barbieri (2004) afirma que, desde a Antiguidade diversas experiências haviam sido tentadas para remover o lixo urbano, que infestava as ruas das cidades comprometendo a saúde dos habitantes, porém, foi a partir da Revolução Industrial, em meados do século XIX, que deram início às efetivas ações no combate à poluição. No início do século 20 as preocupações foram além das florestas, em vários encontros internacionais organizados, o intuito foi proteger os pássaros úteis à agricultura e a natureza como um todo.

A partir da década de 50, dá-se início a uma sequência de eventos ambientais que começam a chamar atenção da sociedade para a crescente degradação ambiental, e também para o fato de que, a qualidade de vida do planeta poderia estar sendo ameaçada, assim como a nossa sobrevivência.

Surgiu no final dos anos 50 a “era da informação”, quando pela primeira vez os trabalhadores administrativos ultrapassaram em números os trabalhadores da produção. Desde então, a informação tornou-se um aspecto central no estilo de vida das pessoas.

A seguir será relatada a evolução do histórico de problemas ambientais gerados ao longo dos anos em todo o mundo, particularmente pela operação de processos industriais. Esses processos que geravam degradação da qualidade ambiental, tanto em sua operação diária, quanto ao caso de acidentes ambientais (explosões, derramamentos, vazamentos, transbordamentos em equipamentos e instalações).

Ano	Cidade – País	Incidentes/Acidentes
1952	Londres Inglaterra	Entre 4 e 13 de dezembro, grande parte das indústrias, sobretudo as de geração de energia elétrica, e das residências que usavam carvão para a produção de energia e calor, cuja queima emitia grande quantidade de enxofre e material particulado na atmosfera, ocasionou um fenômeno denominado <i>smog</i> (contração das palavras <i>smoke</i> e <i>fog</i> – nevoeiro e fumaça). O problema foi causado pela chegada de uma grande massa de ar frio, vinda do norte, ocorrendo uma inversão térmica. Depois de quatro dias com esse mesmo quadro, houve em Londres mais de 100 mortes, decorrentes de ataques cardíacos pela dificuldade de respiração. Cerca de 8.000 pessoas faleceram como consequência de problemas ou bronquite, enfisema pulmonar, gripe, pneumonia, além de ataques cardíacos.
1956	Baía de Minamata Japão	Inicialmente, os efeitos da contaminação por mercúrio foram detectados nos gatos. Foram registrados casos de disfunções neurológicas em famílias de pescadores, gatos e aves. A contaminação acontecia desde 1939 devido a uma companhia química (Chisso) instalada às margens da baía. Cerca de 700 moradores mortos e 9.000 doentes crônicos devido às altas concentrações de mercúrio, que causavam a doença “Mal de Minamata”. Os sintomas envolviam distúrbios sensoriais nas mãos e nos pés, danos à visão e audição, fraqueza e, em casos extremos, paralisia e morte

		também de natureza teratogênica, ou seja, transmissíveis da mãe para o feto durante a gestação, ocasionando aos mesmos deformações.
1976	Seveso Itália	Na cidade perto de Milão a fábrica Hoffmann Roche – indústria farmacêutica – liberou densa nuvem de uma dioxina (Tetracloro Dibenzeno Dioxina - TCDD), um desfolhante (agente laranja) altamente venenoso. Em virtude do acidente, ocorreram abortos e nascimentos de crianças sem cérebro (anencefalia) e com deformações físicas. Mais ou menos 5.000 italianos foram vítimas desse acidente.
1978	Niágara	Um dos canais abandonados após a construção da usina de Niágara Falls foi utilizado pela empresa Hooker Chemical and Plastics – indústria química – como depósito de resíduos no período de 1942 a 1953. Posteriormente, a área foi aterrada e vendida para a construção de um loteamento. Infelizmente, o <i>playgroun⁸d</i> acabou localizado exatamente sobre a antiga área do canal. A crianças principalmente, passaram a apresentar problemas de saúde: câncer, distúrbios neurológicos e psicológicos.
1984	Bhopal Índia	Um vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila causou a morte de 3.000 pessoas e a intoxicação de mais de 200.000. O acidente foi causado por uma fábrica fornecedora da Union Carbide – indústria química. No dia seguinte ao do acidente, o valor das ações da Union Carbide caiu à metade, fazendo com que a companhia perdesse sua posição de liderança no mercado mundial.
1985	Antártida	É descoberto o buraco na camada de ozônio. Em reunião na cidade de Villach, Áustria, discute-se sobre o aumento crescente das emissões de dióxido de carbono e outros gases de estufa na atmosfera, prevendo-se o aquecimento global.
1986	Ucrânia	Explosão do reator da usina de Chernobyl, causado pelo desligamento do sistema de refrigeração com o reator ainda em funcionamento. Provocou um incêndio que durou uma semana, lançando na atmosfera um volume de radiação cerca de 30 vezes maior que o da bomba de Hiroshima. A radiação espalhou-se, atingindo vários países europeus e até mesmo o Japão. Ocorreram 80 mortes e 2.000 pessoas foram levadas aos hospitais. No prazo de 5 anos, supõe-se que o acidente provou câncer em 135.000 pessoas e nos próximos 150 anos em seus descendentes por mutação genética. A rigor, considera-se que somente o Hemisfério Sul não foi afetado pelo problema.
1986	Basiléia Suíça	Após incêndio em uma indústria foram derramadas 30 toneladas de pesticidas no Rio Reno, causando a mortandade de peixes ao longo de 193 km. Foram estimados cerca de 500.000 peixes e centenas de enguias mortas.
1987	Goiás Brasil	Com a mudança do Instituto Goiano de Radioterapia, foram abandonados alguns aparelhos de radioterapia, vendidos como sucata a um ferro velho. Ao abrir a cápsula, liberou-se o pó radioativo (Césio 137) e, pouco tempo depois, as pessoas que freqüentavam o local começaram a apresentar os sintomas básicos de contaminação, como queimaduras por todo o corpo, vômitos e diarreias. Com esse acidente, 110 pessoas foram contaminadas e quatro morreram.
1989	Alasca	O navio-tanque Exxon-Valdez, a partir de uma colisão, foi responsável pelo vazamento no Alasca de cerca de 44 milhões de litros de petróleo. Considerado o pior da história dos EUA, atingiu uma área de 260km ² , poluindo águas, ilhas e praias da região. Morreram milhares de animais - peixes, baleias, leões marinhos e aves, ameaçando a sobrevivência de muitos pescadores da região.
		Por causa de uma falha na operação de um duto da Petrobrás, houve o vazamento de

⁸ Recreio, praça

2000	Baía da Guanabara Brasil	1,3 milhão de litros de óleo, contaminando as águas da Baía de Guanabara. A contaminação estendeu-se por uma faixa de 3 km, atingindo as praias da ilha de Paquetá e 1.434 hectares da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, a reserva mais importante da Baía.
2000	Santa Catarina Brasil	Ocorreu vazamento de óleo pelo rompimento de um duto sem válvula de segurança na área do oleoduto pertencente à Petrobrás de São Francisco do Sul – SC, provocando o derramamento de cerca de 4 milhões de litros de óleo bruto. Sua contaminação estendeu-se por uma área de cerca de 300.000m ² , atingindo Arroio Saldanha, e deste para o Rio Barigui e, em seguida, o Rio Iguaçu, formando mancha superior a 8 km. Isto provocou a morte de cerca de 60% dos animais atingidos.
2002	Galícia Espanha	O petroleiro Prestige, que pertence à firma grega Maré Shipping, encalhou diante do litoral da Galícia – noroeste da Espanha, vindo a afundar no dia 19 a 350 km da costa espanhola e derramando no mar 20 mil toneladas de óleo, segundo dados do Greenpeace. O vazamento prejudicou a indústria pesqueira da Galícia, deixando na época 4.000 pescadores e 28.000 trabalhadores temporariamente sem trabalho e um número indeterminado de aves marinhas mortas ou cobertas de óleo. A mancha de óleo, cujo tamanho estimado equivale à área da cidade de New York, foi localizada a cerca de 4 km do litoral de Portugal.
2010	Golfo do México	Em 20 de abril de 2010, houve uma explosão em uma área de intensa exploração de petróleo a 65 KM do estado americano da Louisiana, quando a plataforma de perfuração de petróleo <i>Deepwater Horizon</i> pegou fogo, a válvula de segurança não funcionou e quase um milhão de litros de petróleo vazou sem interrupção. O acidente provocou a morte de 11 funcionários da empresa <i>British Petroleum</i> e, o óleo se espalhou ao longo do litoral atingindo animais aquáticos, terrestres e aves. A área contaminada é muito extensa e esse acidente ambiental provocou impactos bastante graves.

Tabela 1: Histórico de acidentes/incidentes ambientais ocorridos no planeta.

Fonte: Adaptado de Seiffert (2009, p.8)/Notícias G1 (2010).

A partir da década de 60, os recursos naturais passaram a ser mais valorizados, visualizando seu esgotamento futuro. Essa preocupação se dá através do aumento da população e seu consumo, além da emissão desenfreada de poluentes (SEIFFERT, 2009). Mas no exemplo a seguir fica claro como a consciência do homem sobre a conservação ambiental ainda era de baixo nível naquela época. Isso implicava em práticas que atingiam as dinâmicas ambientais com a utilização e desenvolvimento de produtos altamente químicos.

Em 1962, a bióloga marinha Rachel Carson publicou o livro “Primavera Silenciosa” uma alerta sobre o DDT (Dicloro Difenil Tricloroetano), Seiffert (2009, p.11) declara:

A descoberta do DDT rendeu ao químico suíço Paul Hermann Muller o prêmio Nobel de medicina em 1948, em virtude de sua importância na época para o combate dos mosquitos causadores da malária e do tifo. Descobriu-se posteriormente que o DDT é extremamente tóxico ao meio ambiente, por ser persistente no meio (estimativas indicam mais de 100 anos) e por ser bioacumulativo através da cadeia trófica.

Um sentido, por exemplo, é o encontrado no que diz Veiga (2010), na década de 70, o adjetivo “sustentável” não passava de um jargão técnico usado por algumas comunidades científicas para evocar a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, mesmo estando sujeito a agressão humana recorrente. Contemos então, a percepção dos sentidos dados pela natureza, através da experimentação.

Na década de 70 o Clube de Roma publicou um relatório que previa que as tendências que imperavam até então, conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos (SEIFFER, 2009 apud MOURA, 2002, p.12).

Em 1972 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia, liderada por Maurice Strong, contou com a participação de representantes de 113 países, 250 ONGS (Organizações Não Governamentais) e vários organismos da ONU (Organização das Nações Unidas).

Foi a partir dessa conferência que foram agendadas reuniões internacionais futuras para acompanhamento do assunto. Foi quando se gerou a Declaração sobre Meio Ambiente e produziu-se um Plano de Ação Mundial e também se criou o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).

Segundo Seiffert (2009), na mesma década passou a ser exigida, nos EUA, a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) como pré-requisito à aprovação da instalação de empreendimentos potencialmente poluidores.

No Brasil, em 1973, é criada a SEMA - Secretária Especial do Meio Ambiente (pelo Decreto nº 70.030 de 30 de outubro). E em 1981, através da SEMA, o governo federal instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, constituindo instrumentos para a implementação dessa Política, dentre os quais o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A Lei nº 6.902 de 31 de agosto de 1981, é considerada a primeira ‘lei ambiental’ no país (SILVA, 2007); que fora alterada em junho de 1990.

Na década de 80, quando a palavra sustentável começou a ser usada para qualificar o desenvolvimento - e mesmo após sua legitimação na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, a noção de sustentabilidade foi colocada sob suspeita, tanto por adeptos do culto ultraliberal aos mercados, quando por seus oponentes, temerosos da concorrência que os temas ambientais poderiam vir oferecer às suas prioridades sociais. Em resumo houve rejeição tanto pela direita quanto pela esquerda.

Foi também quando surgiram as leis regulamentando a atividade industrial poluente. Em 1984 foi criado um programa considerado o primeiro modelo de Gestão Ambiental formal que apresentavam seis códigos (SEIFFERT, 2009 apud FERNANDES, 2005):

1. Conscientização da comunidade e programa de emergência;
2. Prevenção de poluição;
3. Segurança de processos;
4. Distribuição de produtos;
5. Saúde e segurança ocupacional;
6. Responsabilidade pelos produtos.

Em 1987 é publicado um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” que contribuiu para disseminar o conceito de Desenvolvimento Sustentável (SEIFFERT, 2009 apud FERNANDES, 2005). Percebe-se que a consciência ambiental era aos poucos introduzida aos membros políticos e sociedade no geral. Fatos importantes que serviram de base para os conhecimentos atuais, que estão possibilitando estudos cada vez mais elaborados para garantir que a relação homem – natureza seja de qualidade, e que os problemas ambientais sejam resolvidos da melhor maneira possível.

Já na década de 90 ficaram evidenciados os problemas climáticos, e que também as pessoas e empresas passaram a usar frequentemente o termo Qualidade Ambiental. Nessa década começaram as preocupações com a racionalização de energia elétrica, otimização das matérias primas, empenho e estímulos à reciclagem, evitando desperdícios (SEIFFERT, 2009 apud MOURA, 2002).

Um dos principais feitos da década foi a assinatura do Protocolo de Kyoto em 1997, na 6ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP6) no Japão. Nele foram estabelecidas como metas, para 38 países industrializados, reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito em 5,2%, no período de 2008 até 2012, em relação aos níveis existentes em 1990 (SEIFFERT, 2009).

Nos últimos 50 anos, o homem interferiu e modificou o ecossistema mais rápido e extensivamente do que em qualquer outro intervalo de tempo equivalente. Diante desses eventos criou-se na sociedade, de maneira geral a preocupação sobre os problemas de difícil resolução que estavam sendo criados. A percepção surgiu com a visão crítica de especialistas, logo o assunto tornou-se também uma rica fonte de estudos no que diz respeito ao uso da linguagem e o seu funcionamento.

3. SUSTENTÁVEL? É O NOSSO FUTURO COMUM...

Os autores Veiga e Zatz (2008) nos alertam que a expressão “desenvolvimento sustentável” está sendo usada, como se pudesse ser a salvação para todos os males. Está presente em todos os lugares: nos discursos políticos, nos programas de governo, nos projetos sociais de empresas e até na fachada de escolas. Por isso mesmo é que temos de tentar entender melhor o seu significado, para que não pareça ou resulte em um estudo vazio.

Acatando a enriquecedora opinião dos autores, os conceitos demonstrados a seguir têm por desígnio elaborar um estudo de acordo com a colaboração de autores reconhecidos acerca do assunto, não sendo verdade absoluta; limitando-se ser um material de pesquisa com o fundamento para uma discussão e aperfeiçoamento de idéias sobre os efeitos da linguagem.

3.1 O surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Mendes (2008, p.24), os indícios do conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiram há muitos anos:

Séculos atrás um dos visionários que se ocuparam da coexistência pacífica entre homens e natureza foi o silvicultor e cientista alemão Hannss Carl von Carlowitz. Em 1713, em seu tratado *Sylvicultura economica*⁹ ele cunhou a expressão *nachhaltendes wistschaften* que significa: administração sustentável. Os ingleses traduziram como *sustainabre yield* (produção sustentável). Um grande avanço no manejo de floretas foi dado com a implementação da idéia da sustentabilidade formulada por von Carlowitz.

Muitos anos se passaram até que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi impresso inicialmente pelo relatório da *Brundtland Commission*¹⁰, em 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum”.

A partir do surgimento do conceito, passou a existir um discurso cada vez mais articulado que procura condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à noção de conservação do meio ambiente. E, iniciou-se a busca para um novo

⁹ Cultura das matas e plantações econômicas

¹⁰ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Brundtland Commission devido Brundland ser o nome do Presidente da Comissão.

modelo de desenvolvimento que garantisse seu sucesso. É um assunto bastante pesquisado por inúmeros estudiosos.

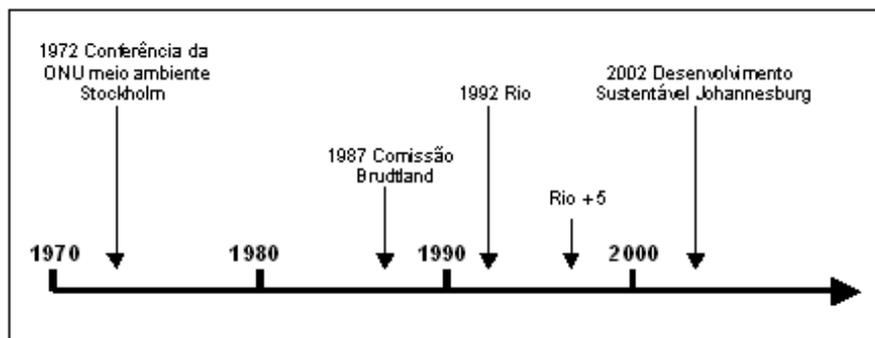


Figura 1: Linha do Tempo do Desenvolvimento Sustentável
Fonte: Louette, 2008.

Desenvolvimento Sustentável é um conceito amplamente utilizado em diversos aspectos, mas a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, nos traz uma definição, e esta é uma das mais aceitas e divulgadas.

Desenvolvimento Sustentável é o tipo de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

3.2 O discurso da abrangência do Desenvolvimento Sustentável

O homem não vive no vácuo e nem em uma ilha. O ambiente externo é composto de forças e agentes controláveis e não controláveis que têm impacto no comportamento e nas relações (TACHIZAWA e SCAIO, 2006).

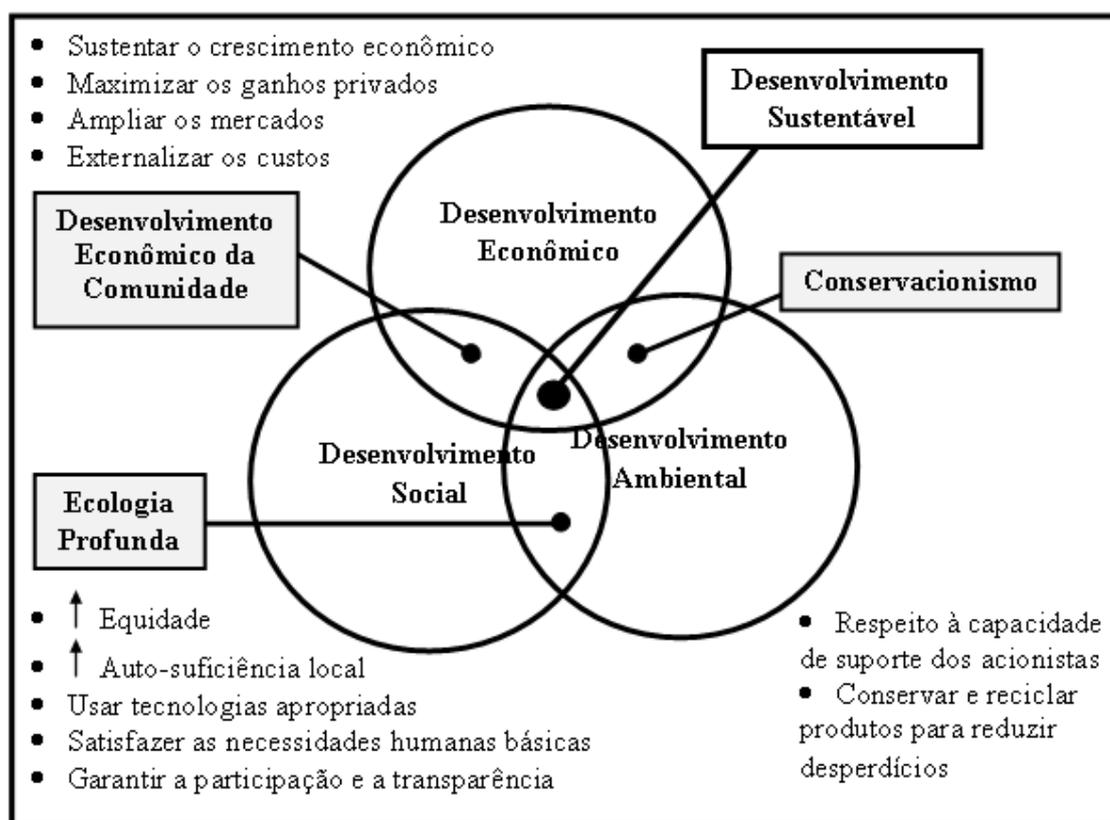


Figura 2: Ilustração do que o Desenvolvimento Sustentável representa
 Fonte : Seiffert, 2009, p. 27.

Para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável, não se pode levar em conta somente o meio ambiente, este se relaciona com todos os seres vivos e seus hábitos. Quando há o predomínio de qualquer um dos três eixos, não se aplica o conceito de Desenvolvimento Sustentável, pois existe uma manifestação de interesse de determinado grupo, separando-o do contexto de interesse da humanidade como um todo. Atualmente há o predomínio dos eixos econômico e social sobre o eixo ambiental, o que vêm ocasionando tamanha degradação ambiental (SEIFFERT, 2009).

3.3 Pressupostos do Desenvolvimento Sustentável

Seiffert (2009) apresenta o resultado dos estudos de Ignacy Sachs, economista polonês, também conhecido como “ecossocioeconomista”. Em seus estudos ele propõe que o Desenvolvimento Sustentável se estabelece em 6 pilares:

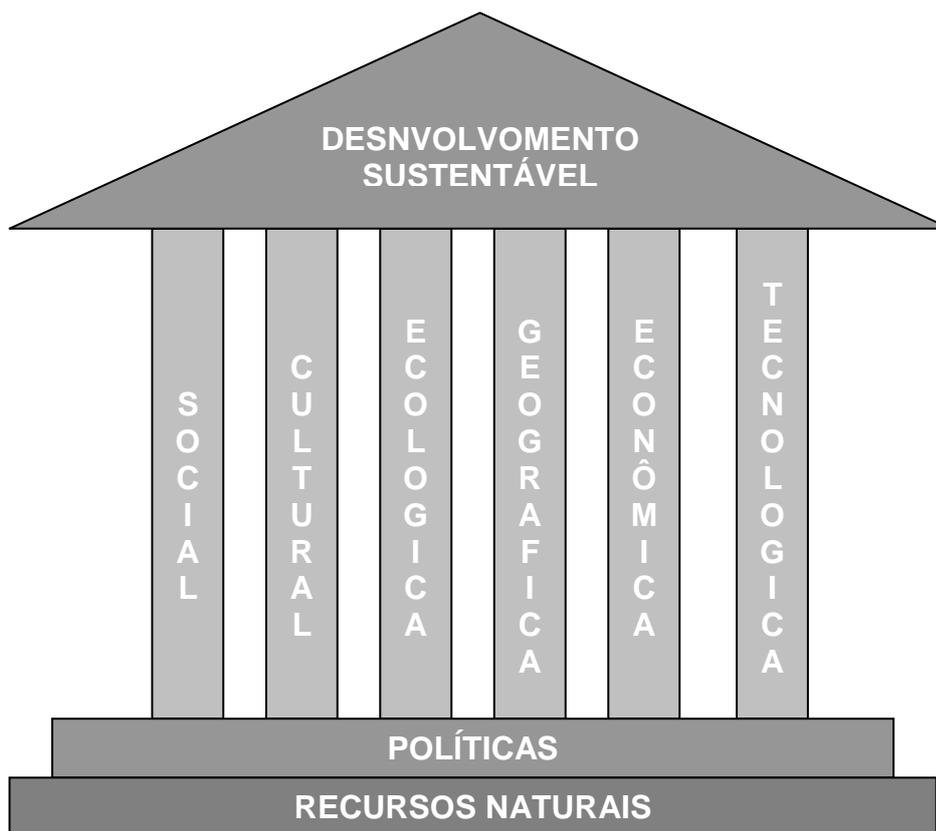


Figura 3: Pilares do Desenvolvimento Sustentável
 Fonte: Adaptado de Seiffert, 2009 pág. 37.

Abordando a questão social, o Desenvolvimento Sustentável profere que haja maior equidade na distribuição de renda dos membros civis e na utilização dos recursos naturais, por parte da atual geração e das futuras. Ciente, ainda, da alternativa de viver no espaço urbano ou no campo, levando em conta o acesso aos direitos básicos de todo cidadão, como saúde, saneamento básico, educação, etc. A questão social é muito abrangente, além destes assuntos é muito importante ressaltar como o planejamento familiar influencia diretamente na estrutura do desenvolvimento das cidades e as conseqüências que isso causa ao meio ambiente.

Salta-nos aos olhos o fato de que os dois extremos da sociedade – os mais e ricos e os mais pobres, degradam a natureza. Os primeiros, pelo consumismo desvairado, pelo desperdício insano, sugam a natureza até a exaustão; os outros a contaminam por falta de condições humanas de viver. O homem se fascina com a abundância de bens e nem passa à cabeça o que significa tal esbanjamento de objetos em termos de gastos de energia, de destruição da natureza, de extração de minérios e materiais não renováveis.

Para ilustrar o que vem acontecendo atualmente, podemos tomar como exemplo, famílias que migram de regiões mais rurais para regiões mais urbanizadas em

busca de emprego e de uma vida melhor. Porém, o que ocorre realmente é que vão morar em bairros periféricos, onde a higiene é precária, o que gera a proliferação de doenças e o índice de criminalidade é maior, comprometendo a segurança. Situações como esta, devem ser assistidas, pois mesmo São Paulo sendo a maior cidade do país, em determinado momento, as organizações lá instaladas não atenderam a demanda de pessoas em busca de emprego, comprometendo desta forma, a dignidade humana.

Um dizer comum de se ouvir é que isso se trata de um problema que o governo deva resolver, contudo, algumas alternativas vêm sendo realizadas para diminuir a proporção do problema. Hoje empresas mantêm trabalhos efetivos em escolas e creches carentes, oferecendo a oportunidade de condições mais dignas às crianças, o que garante a elas um futuro mais digno. Existem também várias ONGs que contam com o apoio de voluntários, que realizam o mesmo trabalho só que em maiores proporções, e são financiados pelas empresas. Então, o argumento de que o problema deve ser solucionado pelos governantes não condiz com o que pode realmente ser feito.

As palavras ecologia e economia são originárias do grego e, significam respectivamente “estudo da casa” e “administração da casa”. São duas unidades de estudo que deveriam ser consideradas complementares, porém, atualmente são totalmente opostas. A parte econômica explora todos os recursos, visando à lucratividade enquanto os ecologistas mantêm uma busca incessante pela proteção do meio ambiente.

Seiffert (2009) afirma que a degradação ambiental é resultante da má utilização econômica dos recursos naturais nos processos produtivos, pois todo recurso que não for eficientemente utilizado em um processo fabril irá gerar desperdício, que pode ser considerado como matéria-prima não aproveitada. Uma gestão mais eficiente, que permita um fluxo regular de investimento ambiental, pode fazer com que essa situação torne-se menos degradante à natureza.

A questão cultural invade o que o indivíduo considera como sua zona de conforto. Pessoas que são habituadas a jogar lixo na rua, por exemplo, quando presenciam a realização de campanhas de educação ambiental podem ter o sentimento de que campanhas como essas não alteram esses hábitos. Devido a isso, o público-alvo dessas campanhas tornou-se as crianças, que levam essa conscientização para os pais e por toda a vida adulta. É comum a questão ambiental ser temas de trabalhos infantis.

Na questão geográfica, o Desenvolvimento Sustentável é condicionado a dois fatores: a ocupação urbana e a ocupação rural. Na área urbana os principais fatores que

interferem no meio ambiente são os resíduos gerados pelas atividades humanas, como a produção de esgotos sanitários, resíduos sólidos, efluentes industriais e emissões atmosféricas.

Já no campo, a utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas em lavouras compromete o solo e também os possíveis lençóis de água sob o solo, alterando as características físico-químicas e biológicas da região de utilização. “Percebe-se então que os desequilíbrios ambientais são gerados por padrões de produção e ocupação do espaço físico ecologicamente inadequados”. (SEIFFERT, 2009, p. 33).

O pressuposto tecnológico foi introduzido neste contexto recentemente, pois a tecnologia vem se tornando cada vez mais presente na vida das pessoas. A falta e conhecimento aliada à possibilidade de alternativas tecnológicas pode levar as pessoas a não analisarem criticamente suas escolhas, e fazerem uso de equipamentos fabricados por empresas que poluem o meio ambiente, tornando-as cada vez mais agressoras; contribuindo para o aumento do efeito estufa em nosso planeta.

3.4 Efeito Estufa: principal alerta para o nosso planeta

O efeito estufa é um fenômeno natural do planeta Terra, porém, o que vem prejudicando a qualidade de vida do nosso planeta é a queima dos combustíveis fósseis, que são constituídos basicamente de petróleo e carvão mineral. A queima excessiva dos combustíveis impede a eliminação do excesso de dióxido de carbono (CO_2) liberado na atmosfera do planeta. A desflorestação, a exploração dos bens da terra além de sua capacidade de regeneração, com conseqüente desgaste irreversível, também são fatores que contribuem para o Efeito Estufa.

Ao extrair petróleo e carvão mineral, são lançados na atmosfera átomos de carbono aprisionados no subsolo há milênios. Constata-se que a atmosfera é capaz de assimilar e processar por fotossíntese cerca de 40% do CO_2 emitido. O excesso vem sendo acumulado, retendo parte considerável do calor solar refletido pela Terra, o que vem causando um aumento progressivo das temperaturas médias anuais.

Mundialmente falando, a queima de combustíveis fósseis é a principal fonte de energia que as indústrias utilizam para o seu funcionamento, entretanto, como alternativa de substituição, pode-se citar a energia solar, eólica, nuclear, das marés, etc.

No efeito estufa, os raios solares incidem sobre os solos e oceanos, sendo uma parte razoável da energia (cerca de 30%) refletida na faixa do infravermelho de volta

para o espaço pelo solo, mares e nuvens. Porém, uma quantidade razoável desta energia é retida nos gases existentes na atmosfera, sobretudo pelo CO₂. Como o CO₂ pode permanecer por décadas na atmosfera, seus efeitos se prolongam por muito tempo após sua emissão.

Os efeitos que estão atingindo nosso planeta, como aumento do nível do mar, extinção de espécies animais e vegetais, ondas de calor, desertificações, tufões e furações com intensidades jamais vistas, são provenientes da ação humana e seus poluentes despejados no planeta.

Segundo os especialistas a concentração de CO₂ na atmosfera era de 280 PPM – partes por milhão até a Revolução Industrial em meados do século XVIII; e que hoje ela é cerca de 360 PPM, aproximadamente 25% maior. Se for mantida a taxa de crescimento, por volta do ano de 2050 estaremos com cerca de 550 PPM, e, como consequência, haveria um aumento médio da temperatura na Terra entre 1,5 a 4,5 °C.

Os níveis de CO₂ estão aumentando entre 2 e 3 PPM a cada ano. Parece pouco, porém cabe lembrar que na última idade do gelo, onde enormes extensões da Terra eram cobertas pelo gelo, a temperatura média da Terra situava-se entre 3 e 5°C menor que a de hoje. Nessa ocasião, a concentração de CO₂ na atmosfera era cerca de 60% existente hoje (dados obtidos pela análise de bolhas retidas em geleiras).

Segundo Nobre e Imolene (2007) um estudo divulgado em fevereiro de 2007, indicou que o percentual de probabilidade de culpa da humanidade saltou de 66%, em 2001, para 90% em 2006. As pessoas simples, sem ter acesso a dados científicos, comentam nas ruas como o clima mudou, a previsibilidade de frio ou calor, de chuva ou seca, cedeu lugar a catástrofes imprevisíveis e gigantescas.

3.5 Desenvolvimento Sustentável: discurso em movimento

O Desenvolvimento Sustentável representa um novo paradigma para lidar com a complexidade, o qual envolve um conhecimento de várias disciplinas (SEIFFERT, 2009). Ao quebrar a tradição conhecida e a rotina seguida, gera desorientação, angústia, insegurança. Por outro lado, provoca e incentiva a imaginação e a criatividade, ao propiciar novas visões. Para ilustrar esse cenário, basta comparar as características do antigo paradigma cartesiano, que visava o crescimento econômico com o atual paradigma da sustentabilidade.

Cartesiano	Sustentável
Seres humanos e ecossistemas separados, em relação de dominação.	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia.
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes.	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes.
Bem-estar avaliado pela relação de poder (dinheiro, influência, recurso).	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais.
Ênfase na quantidade (renda <i>per capita</i>) e na competição	Ênfase na qualidade de vida e na cooperação.
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade.
Centralização de poder.	Descentralização de poder.

Tabela 2: Comparação entre o antigo e o atual conceito
 Fonte: Adaptado de Seiffert, 2009, p. 25 apud Tinoco e Kraemer (2004).

Anteriormente o Desenvolvimento Sustentável era visto com um caráter ideológico e teórico, até que os acontecimentos proporcionaram as mudanças que fazem parte da nossa realidade atualmente. Hoje o Desenvolvimento Sustentável está em evidência e vem atingindo diversos âmbitos. O crescimento econômico é um dos principais alvos que se pretende aprimorar; Saches (2004) faz uma relação entre a área ambiental e a econômica: “estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo de escalas espaciais distintas”.

Saches (2004) relata ainda que o Desenvolvimento Sustentável não perderá a sua centralidade nas ciências sociais. Completando, Matias e Pinheiro (2008) sugerem que deverá ser introduzido ao conceito de Desenvolvimento Sustentável a sustentabilidade ecológica, a garantia da qualidade de vida, a cooperação entre todos os países e a garantia de participação global. Os objetivos de tais acréscimos são, a maior prudência ecológica e o bom uso da natureza, além de um fator de grande importância, que é a substituição do industrialismo (SACHES, 2004).

A seguir, a breve descrição dos principais últimos eventos realizados sobre a sustentabilidade, encontros mundiais que garantem a proximidade do tema.

3.5.1 Protocolo de Kyoto: grande marco mundial

Em dezembro de 1997 foi realizado em Kyoto, Japão a 3ª Conferência das Partes. Segundo Dias (2010), foi o principal acontecimento na relação dos temas ambientais e econômicos, e propõe a revisão das tendências do desenvolvimento e

aprimoramento dos esforços em direção à sustentabilidade com estudos profundos. Levando-se em conta, a capacidade de carga do ecossistema, critérios de eficiência econômica e a diminuição das desigualdades sociais.

O resultado desta conferência foi o Protocolo de Kyoto, conjunto de compromissos que os países desenvolvidos (cerca de 140 nações) estabeleceram como metas. A redução de emissão de gases poluentes na atmosfera deveria atingir os níveis baseados nas emissões do ano de 1990, sendo o prazo entre os anos de 2008 a 2012. Independente ainda desta informação, todos os países deveriam reduzir em 5,2 % suas emissões.

O Protocolo de Kyoto determinava ainda que os países industrializados deviam cortar suas emissões e que países em desenvolvimento não seriam obrigados a aderir ao acordo, contudo poderiam participar voluntariamente.

O acordo foi assinado por 84 países, mas dependia ainda da confirmação de outros 55 países que eram os responsáveis por 55% das emissões dos gases causadores do efeito estufa. Os EUA (maior emissor, com 36%), no mandato de Bill Clinton assinaram o acordo, no entanto o Senado, com maioria Republicana não concordou, alegando que os países em desenvolvimentos também deveriam ser obrigados a aderirem ao acordo. No governo seguinte, de George W. Bush foi confirmado a não ratificação, o presidente alegou que causaria impactos negativos à economia norte-americana.

Em 2001, o Japão decide dar continuidade ao acordo sem a participação dos EUA, mas precisaria da confirmação da Rússia (emissora de 17% dos gases) para que o projeto tivesse viabilidade. Em 2004, a Rússia assinou o acordo, e finalmente em 16 de fevereiro de 2005 o Protocolo de Kyoto entra em vigor.

Segundo Seiffert (2009, p.18):

Em 2005, o presidente da Rússia Vladimir Putin, finalmente, ratificou o Protocolo de Kyoto, após sete anos de espera para sua efetiva implantação desde sua assinatura por 180 países. Os signatários do Protocolo de Kyoto estarão sujeitos a punições se não cumprirem suas metas de corte de emissão de poluentes. Para entrar em vigor, o Protocolo requeria a ratificação de um número total de países que representassem 55% do total de emissões no mundo. Os países que o haviam ratificado até então concentravam somente 37,4% das emissões; a adesão do Canadá e, por fim, da Rússia permitiu sua implantação. Apesar disso, os EUA, que respondem por 25% do total das emissões mundiais, sendo o maior poluidor do planeta (36,7%), colocam em dúvida a eficácia de sua implantação.

Mesmo sem a participação dos EUA, prefeitos de 127 cidades adotaram em maio de 2005, voluntariamente as medidas propostas pelo Protocolo de Kyoto, New

York, Los Angeles e Seattle, foram algumas delas. Os prefeitos incentivaram a comunidade a tomar medidas que reduzissem as emissões. Os navios deviam desligar os motores quando ancorados, houve a redução da frota municipal, a utilização de energia eólica e veículos hídricos e a realização de campanhas de informação pública.

Segundo Seiffert (2009, apud Holliday, Schmidheiny e Watts, 2002) o Protocolo de Kyoto solicita que os países aderissem a três mecanismos de mercado para auxiliá-los no alcance das metas:

- Comércio Internacional de Emissões (cerca de 10% das emissões);
- Implementação conjunta (facilidade de financiamento de projetos em outros países);
- Mecanismo de desenvolvimento limpo.

3.5.2 Copenhague 2009: aquém das expectativas

A 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15) aconteceu em Copenhague, capital da Dinamarca nos dias 07 a 18 de dezembro de 2009, onde compareceram 120 chefes de Estados e de Governo e um número recorde de participantes, com cerca de 13.500 pessoas.

A COP15 pretendia substituir o Protocolo de Kyoto, reforçando as metas estabelecidas em 1997; e pretendia também a criação de um novo acordo nos quais outros países também participassem do controle das emissões, principalmente os EUA, que contava então com um novo governante.

O atual presidente dos EUA, Barack Obama se mostrara mais aberto às negociações sobre as emissões de CO₂ na atmosfera, entretanto as decisões dependiam também do Senado norte-americano. Os EUA defenderam suas metas em uma redução de 17% até 2020, (meta baseada no ano de 2005 e não em 1990 como era previsto no Protocolo de Kyoto). Era de grande importância que a China e a Índia também aderissem a um novo acordo para que o mesmo apresentasse resultados mais significativos; já que são dois países que também possuem altos níveis de emissão de gases poluentes.

Veiga (2010) ressalta que nem mesmo um eventual milagre – como aludido no excelente desabafo improvisado pelo ex-presidente Lula na Conferência do Clima da ONU, em dezembro de 2009 – teria permitido que um acordo de Copenhague viesse a superar os problemas do autista Protocolo de Kyoto. E nada de rigorosamente sério esteve realmente em jogo nessa malfadada 15ª cúpula do clima.

No geral os resultados de Copenhagen não foram tão satisfatórios quanto à expectativa que se criou. Enfim, os países não determinaram novas metas de redução de emissão dos gases, e a Conferência foi mais um encontro para uma conversa sem que os países chegassem a um consenso.

3.5.3 Rio + 20: evento grandioso...

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), realizada 20 anos após a Eco 92, promoveu um balanço do que o mundo fez até agora, e como objetivo esperava a promoção de avanços nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, economia verde, combate à pobreza e governança global. A sociedade civil envolveu-se por meio de eventos paralelos e mesmo pela internet.

O evento ocorreu entre os dias 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio e Janeiro e contou com a participação de delegações de 190 países, com cerca de 50.000 participantes. Entre os dias 20 e 22, contamos com a presença de 110 chefes de estados e de governo, embora o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não nos desse a honra da visita.

Diante dos números, é notável a grandiosidade do evento, a infraestrutura da cidade foi organizada para recepcionar tamanha quantidade de participantes (não podemos esquecer que se trata, também de um ensaio para o próximo evento, a Copa de 2014), todos os pontos turísticos foram decorados para atrair maior quantidade de visitantes, e eventos paralelos aconteciam em todos os instantes, como exposições artísticas, palestras educacionais, lançamentos de livros e outras obras. Todo o mundo se voltara para o Rio.

Mas vamos aos fatos... Como toda reunião de peso no sentido ambiental, contrapõe-se dois blocos: os países ricos e os emergentes e pobres. Na Rio + 20, uma das principais discussões foi acerca da Economia Verde, que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o conceitua como “melhoria do bem-estar da humanidade e na igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ao meio ambiente”. Partindo deste pressuposto, uma das colocações da Rio+20, era a criação de um fundo no valor de 30 bilhões, chamado G77, financiado pelos países ricos – e mais poluentes, contudo, é claro, a alegação é como eles estão em crise não podem pagar a conta.

Enfim, as 49 páginas e os 283 parágrafos do documento final, intitulado ‘O Futuro que Queremos’, apenas reafirmaram idéias que já haviam sido propostas, o evento estabeleceu metas para fixar as metas. A proposta da criação do G77 não evoluiu e questão do financiamento ficou para ser analisada por um comitê a ser criado. O PNUMA será fortalecido, mas sem prazos e nem foi estabelecido o formato para a mudança. Sem dúvida, a grandiosidade do evento, interessou particularmente às relações político-internacionais.

4. ANÁLISE DE DISCURSO - UMA NOVA PRÁTICA CIENTÍFICA

Para Orlandi (2007, p. 65):

O modo como as ciências humanas e sociais concebem a ideologia é ancilar à perfídia interpretativa: considerando que a linguagem é transparente, essas ciências visam os conteúdos ideológicos, concebendo a ideologia como “ocultação”. Assim, elas deixam pensar que, pela busca dos conteúdos (o que ele quis dizer?), se podem descobrir os verdadeiros sentidos do discurso, que estariam escondidos.

Segundo Orlandi (1999) “nos anos 60 a Análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares”:

- A Linguística: se constitui por ter como objeto a língua e esta ter sua ordem própria, procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é uma relação termo-a-termo, pois não se passa diretamente de um a outro, tendo cada um, suas especificidades. É a língua, não como abstrata e nem como unívoca, mas como histórica. Constitui a não transparência da língua;
- O Marxismo: O materialismo histórico, a história se inscreve no mundo e a forma material inscreve o sujeito. Que afirma a não transparência da história;
- A Psicanálise: A contribuição da Psicanálise para o deslocamento da noção de homem para a noção de sujeito é fundamental na compreensão da língua como estrutura e principalmente como acontecimento; que mostra a não-transparência do sujeito. É a subjetivação não psicologizada, ou seja, o inconsciente.

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todos esses aspectos lhe interessem. Ela trata do discurso, a palavra em movimento, o homem falando; rompe com a dicotomia língua/fala, não trabalha com a língua abstrata, mas com a língua no mundo. É no discurso que se materializa o encontro do objeto linguístico e do objeto histórico. A análise de discurso procura compreender a linguagem na relação do sujeito com os sentidos e com o mundo.

Na relação entre dado e fato na linguagem, Orlandi (1996, p.36) define que, para a análise de discurso, “não existem dados já que os dados são discursos e os discursos, por sua vez, não são objetos empíricos, são efeitos de sentidos entre

locutores, sendo análise e teoria inseparáveis”. Como os dados são evidências, o sentido, a Análise de Discurso trabalha com o processo de produção da linguagem que procura descaracterizar as evidências. “A Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica” (ORLANDI, 2010, p. 59).

A análise de discurso é a forma de conhecimento que realiza em seu objeto – o discurso – a conjunção do sujeito, da língua e da história (ORLANDI, 2001). Não há discurso sem sujeito e não se trabalha da exterioridade para o texto, mas sim, procura-se conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos são produzidos no texto, em sua discursividade. A análise de discurso se forma no lugar em que a linguagem é produzida e nessa exterioridade constitutiva.

Na análise de discurso, é importante trazer à tona as condições em que ele foi organizado, constituído. É preciso analisar o lugar, a época, a constituição histórico-social que fazem parte do sentido do movimento, no gesto de interpretação do sujeito com o mundo.

É através da história que a análise de discurso trabalha os sentidos e os sujeitos, pois eles não são fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. Para Orlandi (1996), a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e a possibilidade de resistência desses sujeitos a constituir outras posições que vão materializar outros lugares.

A análise de discurso considera que a linguagem não é transparente, não precisa atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. O que indaga é como este texto significa. A ideologia faz parte e é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer e como dizer.

Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. O sentido é uma relação determinada do sujeito afetado pela língua com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Assim, compreende-se o porquê do discurso ser o material concreto que oferece ao analista o lugar do questionamento, à observação.

A análise de discurso reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. Com o pressuposto que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade

específica do discurso é a língua, temos a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Michael Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Segundo Orlandi (1996 apud P. Henry, 1994) a ideologia é um ritual com falhas, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história por que os fatos reclamam sentidos perante um sujeito condenado a interpretar (a significar). Os sujeitos e os sentidos se relacionam com o mundo e a linguagem, constituindo as mesmas e outras posições sempre na relação entre, de um lado, a estrutura/regra/estabilização e de outro, o acontecimento, o jogo e o movimento.

Por consequência, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

Segundo Orlandi (2010), temos três características conceituais para entender a análise de discurso, Língua/História/Ideologia:

- a) A língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b) A história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos - Paul Henry);
- c) O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Exemplo deste fato são as palavras que chegam até nós já carregadas de sentidos, sem sabermos de onde e como estes sentidos se constituíram e que, no entanto significam em nós e para nós.

A análise de discurso pressupõe a Linguística, mas vai além dela, que tem por objeto a língua e não trabalha com sua exterioridade, deixando para fora o sujeito e a situação. Distingue-se também das Ciências Sociais que trabalham a exterioridade, deixando para fora a linguagem. Para a Análise de Discurso não existe o sentido literal, a essência das palavras não está fixada, sendo a determinação histórica, constitutiva deste processo.

4.1 O discurso

Analisar o discurso do desenvolvimento sustentável é pensar o movimento do desenvolvimento socioeconômico e também o discurso ecológico em suas várias significações sociais, históricas, ideológicas e discursivas, nesse espaço caracterizado como político.

Orlandi (2010), retomando Pêcheux (1969), define discurso como o “efeito de sentidos entre locutores”. Quando pensamos o discurso como efeito de sentido entre locutores é necessário pensar a linguagem em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Ou seja, o discurso supõe um sistema com sua exterioridade já que, sem história não há sentido, portanto, é a inscrição da língua na história que faz com ele signifique. Temos, então, os efeitos entre interlocutores e a dimensão simbólica dos fatos.

O discurso é a materialidade da ideologia, a língua a materialidade do discurso e, a voz a materialização do pensamento. O homem não controla a linguagem. Linguagem é o lugar da constituição dos sentidos. Lugar de formular idéias e dar corpo aos sentidos (consciência), expressar sentimentos.

Dada à relação de sentidos, mesmo o enunciado sendo único ele está ligado a enunciados que vieram antes e os que virão depois dele, em um jogo de relações não só entre enunciados, como entre acontecimentos de diferentes funcionamentos da linguagem, a do político, histórico e a da ideologia. “Na análise de discurso, falamos em efeitos e não há como separar informação de persuasão” (SILVA, 2007).

São as diferentes ordens da linguagem que dão as pistas para compreender e procurar os sentidos que aí estão investidos no discurso do desenvolvimento sustentável. Na análise de discurso os sentidos precisam ser analisados em funcionamento e para isso há a necessidade de mobilizar os dispositivos teóricos e analíticos. O que se procura é a historicidade dos sentidos que para o analista de discurso constitui a discursividade.

Esta discursividade, ou melhor, o processo discursivo é definido por Michael Pêcheux (1975) como o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – na formação discursiva dada. Pensamos a formação discursiva, segundo M. Pêcheux (1975), o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma preposição etc., não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade), mas ao contrário é determinado pelas

posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas, ou seja, reproduzidas. Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.

As formações discursivas são as projeções na linguagem, das formações ideológicas. Portanto, não podemos pensar o sentido e o sujeito sem pensar em ideologia. Assim como, não podemos pensar a ideologia, em termos discursivos, sem pensar na linguagem.

O nosso dizer se manifesta através de nossa memória discursiva e a formação discursiva depende da posição do sujeito. Exemplo, a palavra sustentabilidade pode significar de modos distintos de acordo com a posição do sujeito, pois para os países desenvolvidos esta palavra significa o desenvolvimento, já para os países periféricos e emergentes esta palavra produz um efeito de sentido que o joga no campo de um desafio a ser assistido.

As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é também efeito da determinação do interdiscurso (da memória). Para Pêcheux (1997), a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito). Este complexo com dominante das formações discursivas é que se chama de interdiscurso, que também está afetado pelo complexo de formações ideológicas.

Para Orlandi (1993 apud Pêcheux 1975), a formação discursiva é:

(...) lugar provisório da metáfora – representa o lugar da constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. A articulação entre um fora e um dentro são efeitos do processo de interpelação.

“Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia” (ORLANDI, 1999). O discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.

Para Pêcheux (1997, p.160):

(...) é a ideologia que fornece as evidências pela quais, todo mundo sabe: o que é um soldado, um operário, uma escola, um rio etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado, queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamamos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados...

Orlandi (1993) diz que para que a palavra tenha sentido é preciso que ela já faça sentido (efeito do já dito, do interdiscurso, do outro). A isso é que chamamos historicidade na análise de discurso. Chamamos de efeito de pré-construído, a impressão do sentido que deriva do já dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer, já haja efeito do já dito sustentando todo o dizer.

4.2 Ideologia contemporânea

Segundo Orlandi (2009) a análise de discurso se introduz por meio da noção de sujeito, de ideologia e de situação social e histórica. Ao introduzir a noção de história vai trazer para a reflexão as questões de poder e das relações sociais; (...) os significados que se pode atribuir são vários e têm a ver com o confronto de forças (e de poder) no contexto da sociedade, e sua dimensão ideológica.

Para Orlandi (2007, p. 48):

A ideologia, não se define como conjunto de representações, nem muito menos como ocultação da realidade. Ela é uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. O sujeito, por sua vez, é lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação.

O espaço geográfico começou a ser modificado quando o homem começou a produzir, ou seja, a extrair da natureza elementos indispensáveis ao sustento da vida. Mas foi o modo de produção capitalista que determinou as mais profundas modificações nesse espaço. O capitalismo funciona das seguintes formas: (MARINA e TERCIO, 2003)

- * Tem como principal objetivo o lucro;
- * Baseia-se na propriedade privada dos meios de produção;
- * Tem no dinheiro ou seus similares (cartões de crédito, cheques) o seu principal meio de troca;
- * Funciona conforme a lei da oferta e da procura – economia de mercado;
- * Nas relações de trabalho predomina o trabalho assalariado. O trabalhador “vende” seu trabalho para os donos dos meios de produção;
- * No sistema capitalista, a sociedade é baseada na divisão de classes.

Orlandi (2008, p. 165), diz que “Falar em igualdade no mundo capitalista significa dar mais corda para melhor se enforcar. Porque a igualdade concreta supõe a prática das diferenças reais”.

Em sua pesquisa Lagazzi (1998) descreve o assentamento na organização social, o jurídico nega o político, no sentido de que se mostra na desistoricização das relações sociais, numa prática individualmente onde o funcionamento jurídico se sustenta pelo apagamento do social sendo que a defesa de uma ordem necessariamente apaga a outra. E, para que haja o trabalho da resistência é preciso que o político afete o jurídico. Neste momento de reflexão a autora mostra que pensar a resistência é pensar a contradição constitutiva do sujeito.

Segundo Orlandi (1997), o modo de interpelação do sujeito capitalista pela ideologia é diferente do modo de interpelação do sujeito medieval: se, no sujeito medieval, a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação. Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, tenha uma dupla ilusão: ele ser origem de seu dizer (logo ele diz o que quiser) e da literalidade (aquilo que se diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo.

O sujeito capitalista é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito de direito e deveres) e de sua coerência (não contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros, mas, de si mesmo; bastando ter o poder.

Conforme Silva (2007) “o discurso ecológico, que tem sentido de contestação crítica à sociedade de consumo, tem também por característica constituir-se como um discurso universal, através do argumento de que o cuidado com o meio ambiente interessa a todos os seres humanos, e que esta é uma questão planetária”.

O sujeito capitalista tem a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, sujeito jurídico de direito e deveres frente ao Estado e aos outros homens. Quando se pensa só o sujeito individualizado deixa-se para fora o simbólico, o histórico e a ideologia que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito (capitalista - pensando nossa forma-sujeito histórica que é nossa contemporaneidade).

4.3 Os dizeres e os sentidos do discurso: Salvem o Planeta

O Desenvolvimento Sustentável é apresentado como uma proposta e tentativa de solucionar o problema do agravamento da crise ambiental. É apresentado também,

como um ponto de encontro das esferas social, econômica e ambiental, e admite que a quantidade de recursos do nosso planeta é limitada, (MATIAS e PINHEIRO, 2008). Os autores apresentam esses conceitos e destacam preocupação em relação ao conhecimento desses conceitos pela sociedade. É importante salientar que compreensão difere de interpretação.

Segundo Orlandi (2010, p. 9) “não temos como não interpretar; esta é a contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”.

Matias e Pinheiro (2008) reforçam que, as questões ambientais vêm sendo construídas e objetivadas com bases empíricas, e que a mesma possui um maior alcance e um contexto mais complexo. Os autores afirmam ainda que, essa consciência interfere no comportamento pró-ambiental da sociedade.

Diante deste fato, é plausível o reconhecimento do esforço que muito se tem colocado a disposição da questão ambiental ao longo dos últimos anos. Entretanto, fica evidenciado que novos planos estratégicos a favor da conservação do meio ambiente devem ser elaborados e, como há algum tempo, quando medidas foram tomadas para a mudança de preceitos, chegou o momento de um novo despertar.

Para Veiga e Zatz (2008) a questão socioambiental tem sérios obstáculos cognitivos a serem ultrapassados, e esses dependem, no mínimo, de “alfabetização” em ciências naturais. Bom exemplo é o *slogan* de mais ampla aceitação: “salvar o planeta”. Impossível, já que a Terra certamente vai desaparecer muito antes da morte térmica para a qual o universo inexoravelmente se dirige.

Das cinco eras em que a astrofísica organiza o futuro, este planeta dificilmente sobreviverá à segunda. Além disso, quanto mais se aprofundam as pesquisas cosmológicas, mais encurta a previsão sobre o inevitável choque entre a Via Láctea e Andrômeda, que, calcula-se, vai ocorrer daqui a 2 ou 3 bilhões de anos. E, muito antes disso, a Terra poderá ter destino semelhante ao de planetas similares que já viraram pó. Recentes análises de imagens de oito desses cadáveres estelares, feitas pelo telescópio espacial Spitzer, da Nasa, só fizeram confirmar que estrelas como o Sol incham até se tornarem aquele tipo de gigante vermelha que aniquila planetas de órbitas próximas.

Não tem, portanto, qualquer nexos científico a idéia de que a humanidade poderia ter alguma chance de evitar o fim da Terra. O provável, portanto, é que se

queira comunicar duas coisas bem diferentes quando se usa o substantivo “planeta” precedido do verbo “salvar”; o discurso universalista e o discurso da esperança.

Para a continuidade de um sistema autoritário e dominador é necessário criar novos mecanismos de dominação, podemos dizer que esta característica universalista no discurso capitalista, quando utiliza a palavra “planeta”, é uma das formas de manutenção do poder dos países desenvolvidos. Assim ocorre também com a palavra “salvar”, ela tem o sentido de significar a “esperança” para todos habitantes deste planeta, e também de complementar e reafirmar o discurso universalista.

Há, portanto, uma séria confusão entre as idéias de planeta e de biosfera, distinção importantíssima, pois é muito mais delicado e frágil este conjunto de ecossistemas, e dele dependem inúmeras formas de vida. Mas é uma distinção que só aumenta a dificuldade, pois o provável é que seu desaparecimento seja bem anterior ao planeta, em razão da também inexorável entropia, a já mencionada Segunda Lei da Termodinâmica.

Há também o problema do verbo salvar. Em vez de usá-lo no sentido de livrar da morte, ou da destruição, está claramente sendo usado no sentido de tirar de perigo, ou preservar o dano, move-se no sentido de significar a esperança, como já descrito. Isto é, não se trata de supor que seria possível suspender o processo entrópico, mas, sim, de agir no sentido de que ele não seja ainda mais acelerado do que já foi, por conta das atividades humanas.

Quando o biólogo Edward O. Wilson escolheu a frase “Como salvar a vida na Terra” para subtítulo de seu livro *A Criação*, com certeza não pretendeu incentivar qualquer sonho de eternidade. Bem ao contrário, o objetivo do livro é justamente convencer as vítimas de dogmas religiosos de que a urgente necessidade de defender a natureza serve aos interesses de toda a humanidade.

Em suma, o que realmente está na berlinda não é a salvação do planeta, ou da biosfera, mas o encurtamento do prazo de validade da espécie humana. Tanto isso é verdade, que o mesmo escorregão também pode ser identificado no discurso de outros renomados cientistas.

Sequer o irascível James Lovelock¹¹ escapa a regra. No segundo parágrafo do livro *A vingança de Gaia*, afirma ver o declínio da saúde da terra como a preocupação mais importante, porque a vida humana depende de uma terra sadia. E vai mais longe:

¹¹ Em 2010, prestes a lançar um novo livro sobre mudanças climáticas, o último da trilogia que inclui ‘A Vingança de Gaia’, Lovelock declarou ter exagerado em seus presságios.

“Nossa preocupação com ela deve vir em primeiro lugar, porque o bem-estar das massas crescentes de seres humanos exige um planeta sadio” (LOVELOCK, 2006, p.11).

Portanto, os cientistas que mais alertam para as incertezas colocadas pela mudança climática e pela erosão da biodiversidade estão essencialmente preocupados é com a qualidade de vida das futuras gerações. A rigor, com a possibilidade que elas realmente existam. Todavia, em vez de dizerem com clareza que se trata de não abreviar a existência da humanidade, contribuem para que seja nutrido o mecanismo de transferência embutido no slogan que mais emplacou.

“Salvar o planeta”

As razões desse fenômeno podem ser explicadas através da análise. Com a formação de um estado de consciência coletiva cria-se o mito, o discurso ideológico dominante, nos leva ao discurso de salvar o planeta a um terreno fértil que confunde a realidade, a imaginação (a ficção, a literatura científica) e o imaginário (a ideologia capitalista). Cria-se um novo estado de consciência, o discurso capitalista tem no slogan um efeito de sentido da verdade incontestável.

O discurso de “salvar o planeta” tem como um de seus objetivos esconder, ou melhor, silenciar as vozes dos países periféricos, que procuram ter uma maior representatividade na comunidade internacional, mas são silenciados, ou seja, o silenciamento político – obrigar, tirar, tomar a palavra.

A falta de consciência da real destruição que estava sendo feito, somente foi constatada a partir da segunda metade do século passado, com o início do processo de conscientização, pois percebeu-se o quanto se havia prejudicado a biosfera e a consequência foi a perda da qualidade da vida humana. Sem essa consciência, da degradação da biosfera, vivíamos com a idéia do progresso infinito e com a confortável ilusão de dispor de uma natureza sempre generosa e fértil.

4.4 O silêncio como artifício

Para Orlandi (2007, p.11) “a reflexão sobre o silêncio abre a perspectiva para uma nova forma de conceber a questão discursiva. Particularmente, do ponto de vista teórico, permite compreender melhor a questão da incompletude como constitutiva da linguagem”. É plausível a reflexão de Orlandi (1997), pois distingue as diferentes formas de silêncio. A política do silêncio é o silenciamento, ou seja, tomar a palavra, tirar a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar. Nesta dimensão política, o silêncio

pode ser considerado como a face da dominação (da opressão) como de sua contrapartida a face do oprimido (da resistência).

Orlandi (2007) atesta que o silêncio é a matéria significativa por excelência, ou seja, o real da significação é o silêncio. E como nosso objeto de reflexão é o discurso, o silêncio é o real do discurso. O silêncio, para a autora, é fundante e fundador. Fundante porque é estruturante pelo avesso, ele vêm primeiro e depois vêm as palavras. As palavras são múltiplas e o silêncio também.

Para a análise do discurso, todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer. Dizer e não dizer estão no mesmo nível, um não precede o outro. Há sentidos no silêncio. Já que os sentidos sempre podem ser outros, as palavras são cheias de sentidos, assim podem colocar no silêncio muitos sentidos. Estar em silêncio corresponde a um modo de estar no sentido.

Segundo Orlandi (1997), “O silêncio não é vazio, sem sentido, ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa”. Isto nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como um horizonte e não como falta. O silêncio é assim a respiração (fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que possa significar, para que o sentido faça sentido.

Para Orlandi (1997) o silêncio não fala, o silêncio “é”, ele significa. Com relação ao funcionamento do silêncio, é necessário problematizar as margens entre o dito e o não-dito, remetendo o não-dito, para tudo aquilo que poderia dizer e não foi dito, mas está inscrito no interdiscurso/memória.

O não-dito não deve ser reduzido ao implícito, algo juntado, sobreposto, que se define em relação ao dizer, sustentado pela ideologia da onipotência onde o homem detém o controle na relação entre as coisas e a linguagem – o dizer é a intenção não controlada. O silêncio e o implícito não coincidem. O silêncio nos mostra a incompletude necessária e constitutiva da linguagem onde sob os efeitos da literalidade e do implícito se tem a ilusão de controle do homem sobre a linguagem.

No discurso do primeiro mundo verificamos um silêncio quando se refere às necessidades dos países periféricos, e se utiliza da linguagem de opressão, silêncio, para qualificar a necessidade de evitar danos ao meio ambiente através do discurso do desenvolvimento sustentável.

No discurso observamos o funcionamento da linguagem e o processo de significação que o debate do discurso sustentável produz em seus interlocutores. A posição-sujeito, no discurso do capitalismo e do discurso ecológico, produz conflitos no

social, no político, nos movimentos de sentido e nos gestos de interpretação. Há uma busca política para o discurso do desenvolvimento sustentável, que assume um caráter de discurso internacionalista, busca pelo progresso, pelo desenvolvimento.

É através do silenciamento dos países centrais em questões fundamentais e estruturantes dos países periféricos, que, por exemplo, o saneamento básico, que é uma necessidade inerente a diversos países periféricos, não é citado ou debatido no discurso de desenvolvimento sustentável pelos países desenvolvidos.

O silêncio funciona, para o desenvolvimento sustentável, como ponto de fuga em que os sentidos desdobram-se e, a interpretação fica a mercê da falta de alento da promoção de estudos e atitudes a favor do meio ambiente. Situação cômoda, onde é empregado o discurso “poético” acerca dos conceitos da sustentabilidade, e que vem afligindo estudiosos, que realmente buscam a proteção do planeta. Já que funcionam na ordem da evidência.

5. AS DIFERENTES POSIÇÕES SUJEITO E O DISCURSO

As relações no mundo estão cada vez mais voláteis e tornam-se inexoráveis, novos termos e diferentes formas de entender os avanços, sejam eles econômico, tecnológico, social e sustentável. Algumas empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva, apesar de ser incipiente em razão do pequeno número de empresas que utilizam esta iniciativa, é o primeiro passo para as mudanças.

A tecnologia está a serviço de aumentar a eficiência mitigando os resíduos no ambiente. E através disso é possível procurar por pistas para analisar os discursos do governo (Estado) e do setor privado (empresas) e analisar como o sujeito da enunciação se posiciona frente ao real e do imaginário do discurso do desenvolvimento sustentável.

5.1 O discurso religioso

O objeto religioso foi escolhido por sua representatividade para a sociedade, os documentos elaborados pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB têm grande relevância já que somos um país de maioria católica. E alude tamanha importância no contexto histórico atual, pois economia e meio ambiente são temas tratados em fóruns internacionais divulgados em relatórios e que servem de orientação para os governos.

Utilizaremos como *corpus* o cartaz de divulgação da campanha da fraternidade de 2011, lançada em março do ano corrente para debater o aquecimento global e as mudanças climáticas (conforme ilustrados na figura 5).



Figura 5: Cartaz da Campanha da Fraternidade 2011
Fonte: Divulgação

A frase acompanhada da imagem de um rio poluído e indústrias lançando grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera apresenta duas interpelações que no mínimo são intrigantes, a imagem de uma árvore brotando na pedra com as

raízes se prolongando para baixo como quem procura a terra para a vida e, uma borboleta pousando no galho da árvore...

Pode-se refletir com a Análise de Discurso, como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que são da ordem do simbólico também. Segundo Orlandi (2010 p.26) “compreender é saber como o objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Quando falamos em sujeito é importante definir o conceito da Análise de Discurso, onde o sujeito e a língua se constituem mutuamente e ainda a exterioridade é constitutiva.

Assim sendo, a palavra **Criação** é tomada por sua exterioridade que dependendo do sujeito tem um sentido que pode ser sempre outro. Para um católico o sentido de Criação pode estar ligado à palavra Deus, contudo, para um cientista, por exemplo, o sentido pode ser outro. O discurso “*A criação geme em dores de parto*”, traz o discurso religioso marcado pelo discurso autoritário.

Como a Terra, chamada de Gaia, mãe terra está no feminino, verifica-se uma similaridade com a passagem Bíblica em Gênesis (3:16) “À mulher, Deus diz o seguinte: multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para teu marido e tu estarás sob teu domínio”. Mostra-nos o discurso religioso autoritário, ou seja, o discurso de Deus.

Orlandi (2009, p.243), diz que o “discurso religioso como aquele em quem fala a voz de Deus, começaria por dizer que há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o sujeito de Deus) e o ouvinte e do plano temporal (os sujeitos, os homens)”. Onde temos o locutor e o ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal.

O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença imortal, eterno, infalível, infinito e todo poderoso; os ouvintes humanos, logo, mortais efêmeros falíveis finitos, dotado de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens. Dessa assimetria original, vão decorrer, como veremos várias outras, porque a desigualdade imortalidade/mortalidade instala, para os homens, a relação vida/morte e dessa relação nasce à necessidade de salvação para vida eterna. Segundo Orlandi (2009, p. 241), “o indivíduo não nomeia nem a si próprio nem a Deus; por outro lado, Deus nomeia, não é nomeado”.

Paralelo entre o pensamento religioso e o natural

<p align="center"><u>SENTIDOS DIVINOS</u></p> <p align="center">dados por DEUS através da REVELAÇÃO</p> <p align="center">a sujeitos autorizados: Papa, clero</p> <p align="center">que REPRESENTAM com FIDELIDADE a palavra divina</p> <p align="center">a partir dos quais estabelecem DOGMAS divinos a serem aceitos por todos</p> <p align="center">a SOCIEDADE e a POLÍTICA devem se basear neles</p>	<p align="center"><u>SENTIDOS NATURAIS</u></p> <p align="center">dados pela NATUREZA através da EXPERIMENTAÇÃO</p> <p align="center">a sujeitos autorizados: os cientistas</p> <p align="center">que TRADUZEM com OBJETIVIDADE os dados naturais</p> <p align="center">a partir dos quais estabelecem LEIS naturais a serem aceitas por todos</p> <p align="center">a SOCIEDADE e a POLÍTICA devem se basear nelas</p>
<p align="center"><u>INTERPRETAÇÃO</u></p> <p align="center">descoberta de SENTIDOS JÁ DADOS por DEUS</p> <p align="center">só a IGREJA pode interpretar (a rigor, não 'interpreta', é FIEL)</p> <p align="center">outra interpretação = heresia (que se afasta do sentido divino)</p>	<p align="center"><u>INTERPRETAÇÃO</u></p> <p align="center">descoberta de SENTIDOS JÁ DADOS pela NATUREZA</p> <p align="center">só a CIÊNCIA pode interpretar (a rigor, não 'interpreta' é OBJETIVA)</p> <p align="center">outra interpretação = 'ideologia' (que oculta o sentido natural)</p>

Figura 6: Esquema desenvolvido na reflexão de Rodrigues,
In: Fonte: Orlandi (2003, p. 50)

Orlandi (2009) diz que o discurso religioso é desprovido de autonomia, ou seja, o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma. Pois existem as regras escritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus, a relação do representante com a voz é regulada pelo texto sagrado, a Bíblia, pela Igreja, e pelas cerimônias.

Com a forma da representação da voz, e dada à assimetria fundamental que caracteriza a relação falante/ouvinte no discurso religioso, mantém-se a distância entre o dito de Deus e o dizer do homem, com uma separação e diferença entre a significação divina e a linguagem humana, separação essa que deriva da dissimetria entre os planos.

E assim se mostra e se mantém a obscuridade dessa significação, inacessível e desejada, porque não se compreende, deve-se crer e obedecer. Assim, segundo Orlandi

(2009) a interpretação da palavra de Deus é regulada. Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia, ou seja, fato de ter apenas um sentido.

No lançamento da campanha da fraternidade, o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB Dom Dimas Lara Barbosa em entrevista para o jornal *O globo*, disse “*jogar lixo no chão é pecado*”. Segundo ele, não está escrito na Bíblia, mas um dos dez mandamentos diz: “*amar ao próximo como a si mesmo*” e a partir dele seria possível tirar a conclusão de que poluir o meio ambiente também é uma infração aos mandamentos de Deus. Com este discurso religioso católico, o ouvinte cristão pode perder a salvação ou ainda, se ele não obedece, não tem fé. Porque a voz de Deus se fala pela voz do Bispo.

Para Orlandi (2009), esta é a forma de mistificação, em termos de discurso, é a subsunção de uma voz pela a outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pela qual essa voz se representa na outra. Quando dissemos que a voz de Deus fala no Bispo, é “como se” Deus falasse: a voz do Bispo é a voz de Deus. Temos, então a forma da representação, ou seja, da relação simbólica.

O Bispo Dom Dimas para falar no lugar de Deus se utiliza da Bíblia e especificamente dos mandamentos de Deus. No cristianismo, enquanto religião institucional, a interpretação própria é a Igreja, o texto próprio é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus. Assim, o discurso religioso do Bispo Dom Dimas se caracteriza como autoritário e tende a estancar a polissemia. Conforme Orlandi (2009), podemos afirmar que o discurso autoritário tende a monossemia, já que esse discurso se caracteriza pela polissemia (vários sentidos) contida, estancada.

Com relação à monossemia, não podemos afirmar que o discurso autoritário é um discurso monossêmico, mas que ele tende para monossemia. Pela razão que todo discurso é incompleto e seu sentido é entremear os discursos, ou seja, um discurso tem relação com outros discursos.

Orlandi (2009, p.247) afirma que “o eu-cristão pode falar diretamente com Deus, mas isto não modifica o seu poder de dizer, o lugar de onde fala”. O que, em análise de linguagem, significa que não se alterou o estatuto jurídico do locutor. Podemos entender que a dissimetria se mantém em razão da onipotência divina e a submissão humana, não se alternando o poder do dizer.

Na enunciação da campanha “A Criação geme em dores de parto” e na imagem do cartaz é mostrada a dissimetria, tendo a palavra “Criação”, vida, e a imagem que se

apresenta é de morte, ou melhor, a destruição. Neste âmbito, a campanha é coerente com o próprio discurso religioso que é dissimétrico. Para finalizar, esta análise podemos entender que a diferença fundamental entre o discurso religioso e outros discursos, está na posição sujeito que nunca é ocupada pelo representante de Deus, ou seja, aquele que fala de Deus apenas transmite Suas palavras.

5.2 O Relatório Stern

Com a globalização do planeta, os problemas também se tornaram globais e as preocupações com os efeitos das mudanças climáticas são tratadas em fóruns internacionais. O mais importante documento elaborado foi o Relatório de Stern apresentado no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas em Paris 2007, e este alerta sobre o perigo que nações menos favorecidas irão enfrentar com aquecimento global.

Mas o que chamou a atenção neste estudo foram os efeitos que as mudanças climáticas trarão para economia mundial. Seu autor é o ex-economista chefe do Banco Mundial Nicholas Stern. Segundo o documento, a alteração do clima pode ser responsável pela maior crise econômica da história, com impactos de até 20% (vinte por cento) das riquezas produzidas no planeta e prejuízos de até US\$ 7 trilhões. A preocupação com a ecologia torna-se uma prioridade dos governos em virtudes de possíveis perdas econômicas.

O Relatório Stern ressaltou a importância de as forças do mercado agirem para combater essas mudanças, estabelecendo que um investimento de 3% do Produto Interno Bruto - PIB mundial poderia evitar uma perda de 20% num prazo de 50 anos. O relatório de Nicholas Stern marca a posição sujeito da confiabilidade e credibilidade para todos os governos capitalistas, em razão de representar um governo (Reino Unido foi quem solicitou a elaboração do relatório) e ter ocupado o cargo de presidente do Banco Mundial no passado.

Como vemos em Orlandi (2006), é importante destacar nas condições de produção onde se incluem os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito (exato) e em sentido lato. Em sentido estrito, ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Se separarmos contexto imediato e contexto em sentido amplo é para fins

de explicação, na prática, podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente.

Assim, o sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismo de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Portanto não é sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva. O enunciador e o destinatário, enquanto sujeitos, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito.

E isto se dá no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto de discurso.

O mecanismo de antecipação, que é a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição. É em grande parte o responsável pela argumentação. E a troca da linguagem, por este mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, trata-se de um jogo que se assenta no imaginário.

Assim é importante observar que em relação a esse imaginário o que conta é a projeção da posição social no discurso. Portanto, não é do meio ambiente que estamos falando, por exemplo, mas da imagem que nossa sociedade faz do meio ambiente. Além da antecipação, faz parte da prática discursiva o que chamamos relações de sentidos. Segundo as relações de sentidos, podemos dizer que o que dizemos tem relação com outros dizeres e que isto faz parte dos efeitos de sentido de nosso dizer.

Temos ainda o modo como às condições de produção do discurso se estabelecem o que chamamos relações de força. Conforme o relatório Stern, a relação de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. Podemos falar de diversos lugares, de ambientalista, de empresário, presidente, cidadão comum e outros sujeitos. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Consequentemente as posições não são neutras e se carregam do poder que as constituem suas relações de força.

As diferentes posições sujeito da sociedade e suas ideologias são construídas através da língua e é através do discurso do sujeito que encontramos as pistas de sua ideologia. O fato de que a língua escreve seja “indiferente” à divisão de classe e a sua

luta, não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política.

Como observamos neste trabalho em certo momento não foi importante significar a palavra “sustentabilidade” nem para direita e muito mesmo para esquerda que naquele momento histórico voltava-se para o tema “justiça social”, a língua é utilizada em acordo com ideologia e com o momento histórico.

A língua é fato social. Segundo Orlandi (2001) pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. Com o recorte da Revista Brasil Sustentável, jan/Fev 2007, pág. 36, temos:

A grande importância está no fato de alguém com a credibilidade de um ex-chefe do Banco Mundial, que faz parte do *mainstream*, traduzir o problema das mudanças climáticas numa linguagem econômica, melhor compreendida pelos países desenvolvidos, diz Fábio Feldmann consultor de meio ambiente e secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas. Se o autor fosse Greenpeace, o documento não teria a mesma repercussão, afirma.

Temos aqui a posição sujeito do especialista, Fábio Feldmann consultor, e ainda a posição de secretário executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas. Feldmann destaca a importância do relatório Stern não ser só baseado em dados técnicos, mas sim na posição sujeito que encontra Nicholas Stern, ex-chefe do Banco Mundial que faz parte do *mainstream* do mundo capitalista.

Mas neste momento vamos procurar entender um pouco melhor a formação subjetiva do sujeito. Segundo Orlandi (2001, p. 99), a discursividade e o acontecimento significativo se encontram na subjetividade.

Pensando-se a subjetividade podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva).

Assim sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, com o trabalho da língua com a história, em que entram a ideologia e o imaginário. Para Orlandi (2001), se na Psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado com a linguagem, na Análise de Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a

ideologia. A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este, o sujeito, submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história.

É exatamente o que Feldmann faz, se utiliza de sua ideologia e língua (escrita) e escreve a palavra “alguém”. Alguém, sujeito, pode ser qualquer um, mas o alguém de Feldmann é importante na história, pois, como foi ex-chefe do Banco Mundial e tem grande credibilidade já que cuidou do capital do mundo. Como esse alguém cuidou tão bem do símbolo do sistema capitalista, o capital, é revestido de grande credibilidade.

Feldmann mostra sua ideologia capitalista e se utiliza da história para reafirmar seu sentido, significando e significando-se. Temos o fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história, ou seja, a ideologia não é ocultação ela é produção de evidências (ORLANDI, 2001).

É importante entender como a articulação das palavras mostra a subjetividade do sujeito. Para Orlandi (2001) essa impressão, essa ilusão se assenta no desconhecimento de um duplo movimento na compreensão da subjetividade. Existem dois movimentos no movimento dessa compreensão:

* Primeiro momento tem a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Esse sujeito é assujeitado pela língua e pela história;

* Segundo momento tem a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com mundo, nos aspectos sociais e políticos, o que nos leva a responder outro momento teórico. Temos agora o Estado impondo sua característica correspondente a época de sua história.

Continua Feldmann, “Se o autor do documento fosse o Greenpeace, não teria a mesma repercussão”, ou seja, não teria a credibilidade já que o Greenpeace não é um representante do Estado Capitalista. Outra pista é a palavra, “*mainstream*”, que demonstra que por Stern ser da mesma corrente de pensamento capitalista, eles, Feldmann e Stern são aceitos como representantes da comunidade internacional para o tema desenvolvimento sustentável. Estas frases reforçam a ideologia dominante do estado que vão se reinventado para a manutenção e continuidade do poder.

Orlandi (2008) afirma que assim como a catequese serviu, no período de colonização, à produção de uma tecnologia para a administração do território brasileiro, com a “globalização” a política de territórios se organiza com discursos ecológicos, agora em uma perspectiva internacionalista. Os discursos ecológicos são parte da tecnologia da administração dos territórios, tendo a globalização como suporte ideológico.

Na Idade Média, a religião representava a ideologia dominante. No Estado burguês, esse lugar é dado ao conhecimento, à racionalidade que se organiza pelo jurídico. Do mesmo modo que a catequese serviu à Religião e ao Poder, a Ecologia serve ao conhecimento e ao Poder, com a passagem já realizada para um sistema em que o Estado se caracteriza por ser um Estado Moderno, administrando os direitos e deveres dos cidadãos. Onde os discursos sobre sustentabilidade se destacam e geram diferentes sentidos e Orlandi (2008) destaca que isto ocorre não é sem efeitos.

Neste movimento caracteriza-se uma estratégia de concretizar o ideal burguês da “universalidade” através de posições de poder estabelecidas (e estabilizadoras) – a própria noção de território se desloca, transcendendo os limites das celebradas noções de Estado e Nação. Vários representantes, organizações não governamentais, organismos internacionais, campanhas e empresas transacionais se unem na elaboração de objetivos que tomam nomes sintomáticos como ambiental, planetário, integrado, global, sustentável.

Em um jogo perverso entre igualdade e unidade (uniformidade), a universalização e a historicização se confrontam num afrontamento em que os riscos estão presentes no movimento sinuoso que os envolve: o histórico (dominante) passa à universal e essa universalidade se historiciza em sua generalidade apagando o que seria local. Orlandi (2008) chama nossa atenção para o slogan da década de 60, da aldeia global, do controle dos homens pela informação, da total visibilidade do sujeito pela invasão de sua privacidade por formas de linguagem onipresentes.

É esse imaginário que se reapresenta com a globalização, agora fato político e econômico legitimado pela ciência. No discurso sustentável de Fábio Feldmann as palavras não significam por si, mas na relação com a exterioridade, que inclui os sujeitos que falam a memória discursiva e as condições de produção. Nos dias atuais temos o capitalismo como sistema dominante, e o sujeito de direito e deveres que obedece às leis do judiciário. Na idade medieval o poder religioso era o sistema dominante e o sujeito era de fé e obedecia ao representante de Deus, a Igreja.

5.3 O discurso universal: Carta da Terra

Durante a Rio-92 houve a proposta de uma Carta da Terra discutida mundialmente por Organizações Não Governamentais e Governos, com o intuito de inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e

responsabilidade compartilhada, voltada para o bem-estar de toda a família humana. Não houve consenso entre os Governos, pois o texto não estava suficientemente maduro. Em seu lugar adotou-se a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra, apoiadas pelo governo holandês, assumiram o desafio de elaborar uma Carta da Terra.

Em 1995 no encontro de 60 representantes de diversas áreas em Haia, na Holanda, foi criada a Comissão da Carta da Terra para organizar uma consulta mundial durante 2 anos, resultando na carta de “Princípios de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentado: Resumo e Reconhecimento”. Em 1997, sob a coordenação de Maurice Strong (ONU) e Mikhail Gorbachev (Cruz Verde Internacional) foi redigido o 1º esboço da Carta da Terra.

Entre os anos de 1998 a 1999, ocorreu uma ampla circulação, debates e discussões em todos os continentes e em todos os níveis (de escolas primárias, a ministérios) com a participação de 46 países e mais de 100.000 pessoas envolvidas, acerca de sua publicação. Em 1999, Steven Rockefeller escreveu o 2º esboço e, finalmente em março de 2000 a Carta da Terra foi ratificada. E é hoje, uma visão de esperança e um chamado à ação.

Como já dito, não há sentidos em si, e sim em “relação a”, e não são gerais, mas se determinam pelas condições em que são produzidos, em formações imaginárias: imagem de quem fala, de quem ouve, do próprio objeto de que se fala, das circunstâncias em que irrompem. Destacamos Orlandi (2008, p. 164) “Mais do que isso, os sentidos não dependem de nossas intenções, mas de possibilidades e necessidades reais concretas com seus efeitos simbólicos. E funcionam ideologicamente”.

Como analista de discurso pergunta-se, por que Carta e não declaração de Direitos, Tratados de Intenções, Plano Estratégico. Conforme Orlandi (2008), a escolha da palavra Carta traz em si efeitos apreciáveis. Primeiro, e mais importante, traz o discurso, que é político, para uma convivência familiar. Coloca-nos no domínio da correspondência, ou seja, visto do lado mais formal: cartografia, carta, mapa, o que conduz para o sentido de território. Estes dois efeitos jogam nesse documento.

Não há território neutro no mundo das palavras. Nem basta enunciarmos as palavras para termos certeza de que significarão como queremos. Elas significam pelo jogo de relações de força e de sentidos (memória do dizer) no imaginário em que estão imersas. Aí interessa saber justamente “quem” diz? E somos todos chamados a falar Carta da Terra, no entanto somos apenas locutores, mas não ocupamos a posição sujeito

que a produz: a voz que a conduz é a da posição-sujeito de primeiro mundo, com tudo que isto implica.

Assim sendo não se trata de um termo real concreto, mas de uma designação de um espaço imaginário, categoria de um discurso que não se carrega de determinações concretas e se calcula no econômico e no abstrato das relações. O concreto fica por conta de quem carrega nos ombros a responsabilidade de, ao propor um programa, pois a Carta da Terra é um programa, assumir a posição crítica e de resistência. E carregar nos ombros não garante seus sentidos. Isso sempre foi assim na história: alguns carregam outros efetivamente se apropriam.

Quem, efetivamente se apropriará dessa proposta? Desses documentos? Para quem ele é efetivamente? Para Orlandi (2008) ai está a questão, sabe-se de antemão que se apropriam os que têm condição, ou seja, os que direcionam os sentidos através do poder estabelecido. Onde as palavras não significam pelas nossas intenções, mas pelas condições em que funcionam.

Orlandi (2008) chama a atenção para as expressões em que aparece o qualificador “sustentável”. Com já descrito anteriormente, o sustentável é usado em múltiplos contextos como se fosse por si só adequado e justificado. Para começarmos, o termo sustentável resulta de uma tradução que faz soar estrangeiro o que nele se diz: produção, consumo e reprodução sustentáveis, educação universal para uma vida sustentada etc. “Sustentada” é tradução de palavra da minuta escrita em inglês americano e tornada “aspiração” geral.

Devemos analisar quais são os efeitos produzidos em outras línguas? Podemos ir mais longe e questionar, sustentada por que, por quem e com que objetivos? Podemos utilizar o procedimento da paráfrase, que, na análise de discurso, é um procedimento heurístico: coloca-se um dizer em relação a outros produzidos por outros locutores, ou em situações diferentes, ou até mesmo imaginados como possíveis no lugar em que aquilo foi dito.

Ainda como diz Orlandi, é uma reivindicação geral, planetária e humanista como se tenta caracterizar, ou melhor, um código de boas intenções e não uma reivindicação que tenha o homem na sua raiz, como seria em um discurso em que a materialidade e as situações de vida surtiriam seu efeito: infraestrutura, esgoto, alimentação regular etc. Orlandi (2008) afirma que podemos começar por aí para uma vida sustentada: substancialmente e não formalmente (humanisticamente) “sustentada”.

Nesse discurso o homem não apareceria apenas como um “ente” da natureza, mas como um sujeito simbólico e historicamente constituído.

É só uma variedade do mesmo. Como a pobreza se apresenta ela é o problema e o assistencialismo é a solução para que não se discutam as causas materiais da pobreza desviando-se a questão para o pobre, nesses discursos da solidariedade em torno da globalização e tendo como litígio o ambiente, o discurso da ecologia novamente se desvia da discussão das causas para apenas procurar controlar os efeitos. É uma forma de censura, de silenciamento.

Continuando com as reflexões de Orlandi devemos encarar nossos problemas sobre poluição e miséria, sair do discurso da catástrofe (estamos destruindo a natureza) e do comportamentismo (código de conduta). E na produção de relatórios sobre o meio ambiente, temos que ter uma posição-sujeito autor, ou seja, tratarmos de temas locais de relevância, não olhar só para universalização (global – interesses somente dos países centrais). Podemos dar esta direção quando deixarmos a posição religiosa doutrinária e o modelo comportamental, moralista, caracterizado pelo discurso colonizador.

Teremos que colocar na pauta destes documentos nossas preocupações, interesses, como fez Cuba na reunião da Carta que se realizou no Congresso das Américas em Cuiabá, que introduziram no conjunto dos princípios a crítica aos bloqueios econômicos, reivindicando a livre determinação dos povos.

Como fez o coordenador da Conferência Maldonado, em entrevista à Gazeta de Cuiabá (1998): “A discussão da Carta da Terra se inscreve hoje num cenário diferente de quando se começou a falar neste assunto. No início o foco maior era a discussão ambiental. (...) Saímos um pouco das discussões localizadas (...) para uma conformação de uma idéia de direitos coletivos (...) alguns valores refletem mais uma preocupação latino-americana, como por exemplo, a necessidade de uma afirmação maior da discussão relativa à dívida externa na agenda internacional.

Verifica-se nas palavras de Maldonado a posição-sujeito autores que não são os que falam na minuta, mas não se pode ter a certeza que estas palavras serão contempladas no documento final ou como serão lidas (como preocupações latino americanas?).

Podemos entender que enquanto não formos capazes de superar estes efeitos, de sermos meros repetidores do já dito, a ênfase deve ser colocada na urgente necessidade de criarem-se mecanismo para reduzir a imensa disparidade de capacidades

tecnológicas entre o chamado primeiro mundo e a semiperiferia formada por nações emergentes.

5.4 Análogo entre a Carta e o Relatório

Feldmann, ao fazer menção a um sujeito indeterminado “alguém” para qualificar *A grande importância está no fato de **alguém** com a credibilidade de um ex-chefe do Banco Mundial* já deixa vestígios de gestos de interpretação que conduzem ao processo de significação para certas regiões de sentidos e não outras. O mesmo ocorre quando se escreve “Carta da Terra” com letras maiúsculas e não minúsculas.

Desde 2007, o relatório de Stern contribuiu para a realização de diversos artigos, reuniões, congressos, etc; o mesmo ocorreu com a Carta. E é na ambiguidade e múltiplas determinações que a dominação trabalha para estacionar onde bem lhes apetece. E como não há sentido que não se dê no efeito do equívoco – pois esta é a condição do discurso, na medida em que resulta da inscrição da língua na história – “carta” e “alguém” certamente ressoam múltiplos efeitos de sentidos submetidos a uma filiação de falas que já se estabelecem como sendo as que organizam as outras.

Continuando a análise a palavra Terra com letra maiúscula é o planeta Terra. E passa ao lado da terra, esta, com minúscula, pela qual no Brasil, os homens se sangram, se matam, se embrutecem, uns nunca tendo direito a ela e outros as tendo sem nem mesmo a terem visto porque ela lhes servem apenas de lastro de posse para negócios que são realizados longe de onde ela está.

Segundo Orlandi (2008), a estratégia da escrita encontra sempre jeito de que as formulações deixem em silêncio o que não se quer dizer, ao dizer. O fato a se destacar é como o discurso do relatório de Stern e/ou o discurso da Carta da Terra apresenta o acontecimento discursivo. É neste sentido em que o discurso da Carta se textualiza nas diferentes mãos – já que somos chamados a participar como parte estratégica da escrita empírica, mas não podemos afirmar que sejamos autores.

Assim como o relatório de Stern foi encomendado pelo governo do Reino Unido e feito pelo economista ex-chefe do Banco Mundial, somos também apenas locutores e não ocupamos posição de sujeito que a produz. Enquanto estivermos reproduzindo estes dizeres, estaremos apenas textualizando com nossas mãos os discursos já esboçados em outras condições materiais.

Como não estamos no primeiro mundo, ao participarmos da “escrita” da Carta e do Relatório de Stern vamos ter de nos esforçar muito para, ao falarmos diferente, não estarmos apenas significando/reproduzindo este mesmo discurso que, ao nos colocar para dentro, nos exclui.

Temos dois efeitos evidentes, a doutrinação e repetição do já foi dito, ou seja, sermos meros mensageiros – *manu scriptores* – de sentidos gestados para o sempremesmo processo de dominação, agora vestidos de natureza e de solidariedade planetária (quando não conseguimos estender a mão nem ao nosso próximo na contiguidade espacial mas separados pela verticalização das relações sociais extremamente hierarquizadas) (ORLANDI 2008). Isto se deve aos gestos de interpretação que deixam vestígios nos textos, relatório de Stern e a Carta, e que se constituem no mundo, na história, com seu alcance político.

Tanto a carta como o relatório de Stern são mencionados como documentos de “esperança”, contexto que vai muito bem a regiões “menos desenvolvidas” do globo. No dizer do relatório, a grande preocupação de Stern está no fato de que, quem irá sofrer com a destruição do meio ambiente são os países periféricos (pobres), já que estes não terão condições de se protegerem contra os efeitos do aquecimento global e de possíveis enchentes em razão do desequilíbrio climático.

Assim, o relatório traz o sentido de poder dos países centrais (ricos) sobre os países periféricos. E com estes sentidos que estamos buscando as pistas para entender como se constitui estes discursos e suas condições de produção. Assim sabemos que, toda expressão de efeito, a que compõe o desenvolvimento sustentado também não se tem as condições reais como: educação universal para uma vida sustentada.

Portanto a Carta e o relatório de Stern não deixam espaço para que se possa assumir, em relação aos seus discursos, uma posição-sujeito efetiva do dizer, por outro, e isso é de certo modo complementar, previsível, seus propósitos são apenas moralizantes, levando ao um conjunto de intenções que servem de freio aos que, na realidade, já estão fora da sociedade em seus modos de produção, consumo e reprodução “sustentáveis”. Neste momento são convocados a sustentar o que o sistema produz e limpá-lo das marcas de suas presenças que sujam este planeta: com seus detritos, sua fome, seu modo de vida inadequado, não sustentável.

Para Orlandi (2008) temos pontos a considerar – para que o relatório Stern e a Carta fizessem um efeito real de deslocamento das relações sociais e na história, seria necessário que se estruturassem sobre outras bases, filiando-se as outras redes de

sentidos, transferindo-se para outra formação discursiva. Da forma em que se apresentam, eles são argumentos a serem utilizados para um e outro lado, sem sair do mesmo lugar de significação já instalado.

A respeito dos desafios futuros do Desenvolvimento Sustentável, Saches (2004) assegura que, “em paralelo [às mudanças], devemos superar as barreiras que hoje separam as diferentes disciplinas do saber, caminhando para a ‘eco-sócio-economia’”. Veiga e Zatz (2008, p. 56) agregam que “o desenvolvimento sustentável tem a ver com a liberdade, com a proteção dos direitos humanos e com o aprofundamento da democracia”.

O trabalho se interessa pelo discurso do desenvolvimento sustentável e suas múltiplas interpretações em acordo com o momento histórico e a ideologia apresentada no acontecimento e sua posição sujeito determinada, em formato de interdiscurso. Seiffert (2009) apud CMMAD (1991) sintetiza “o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer às necessidades e às aspirações humanas, em sua essência, ele”. Afinal, é possível ou é uma utopia?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do trabalho fez-se importante devido aos esclarecimentos que houveram em relação à análise de discurso e do desenvolvimento sustentável. É fundamental o levantamento de informações embasadas na realidade, para que a criação de argumentos e idéias para debates atinjam os membros da sociedade de forma bastante persuasiva.

Conforme detalhado, o desenvolvimento sustentável se estabelece em três níveis: o econômico, o social e o ambiental; e atualmente o eixo ambiental esta em discrepância em relação aos demais, devido à exploração exagerada que o homem fez aos recursos naturais do nosso planeta. Tal comportamento gerou conseqüências tão perversas, como as alterações climáticas, que praticamente nos obriga a adequar nosso modo de viver, senão não haverá qualidade de vida às futuras gerações.

O tema vem se aperfeiçoamento ao longo desses anos que esta em circulação, e já são notórios os avanços práticos – embora pequenos, devemos reconhecê-los. Contudo, um ponto importante, é o uso generalizado do termo sustentabilidade, todos, supõem, sem o conhecimento devido que podem fazer uso do termo para expressar os desejos e ações e em, algumas vezes estes aspectos não tem relação alguma com o real do desenvolvimento sustentável. Isto dispersa o conceito e subtrai da consciência da sociedade o que realmente preza a sustentabilidade.

Nos objetos de análise do trabalho, ou seja, o discurso religioso, a Carta da Terra e o Relatório de Stern, nota-se como característica fundamental desses três documentos a sua constituição como discursos autoritários e esperançosos. São discursos determinantes e não questionáveis; cada qual com sua particularidade, contudo remetem a nossa posição-sujeito: somos meros ouvintes do que dizem e apenas reprodutores das idéias, não nos compete desacreditar, duvidar ou alterar o que declaram.

No Relatório de Stern, por exemplo, não há outra pessoa melhor qualificada, que possa sobrescrever o que o Chefe do Banco Mundial disse ao analisar os prejuízos causados pela degradação do meio ambiente.

Através disso é possível perceber que todas as linhas de raciocínio e debates abertos acerca do desenvolvimento sustentável, voltam-se a um mesmo ponto de

conclusão – ou podemos dizer de solução: o capital. Somente com a disposição para aplicar o capital em prol do meio ambiente, é que serão possíveis vigorosas mudanças na qualidade de vida de toda a população do planeta. Isso se deve ao fato de vivermos em uma sociedade capitalista, em que não há outro tipo de pensamento que venha contrapor o que o capital diz. Portanto, esses discursos servem para fortalecer o capitalismo e a nossa dependência deste. Onde esperança e dependência caminham fielmente lado a lado.

Com isso, através da realização do trabalho, foi possível o reconhecimento de como o estudo extrai o homem da escuridão da ignorância e o leva a clareza do conhecimento. O levantamento de informações com referência à Análise de Discurso permitiu-me um aprofundamento crítico sobre este tema e a entender como os sentidos do desenvolvimento sustentável se movimentam na história.

Os conceitos apreendidos neste processo de compreensão da teoria do discurso na presente dissertação, o histórico, a ideologia, locutor, discurso, sujeito, etc., a compreensão da linguagem e do discurso enquanto efeito de sentidos... tudo isso já faz parte de um novo Discurso em minha trajetória pessoal e profissional. Além deste trabalho, estes conceitos farão parte de futuras análises, sempre em busca de maior conhecimento e difusão do mesmo.

Todo o planeta é formado de pequenas partes – nós. E o conhecimento não faz distinção a quem pertencer, basta buscá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL, **Sustentável**. Publicação do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Edições 2006 e 2007.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, Pontes, 1987.

_____. **Princípios de semântica linguística**. São Paulo Ed. Cultrix.

ESTY, D; WINSTON, A. **O Verde que Vale Ouro** – Como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva. Rio Janeiro: Elsevier, 2008.

FOUCAULT, M. **Ordem e discurso**. Ed. Loyola. São Paulo, 2000.

GALVÃO, D.M; SILVA, H.C. **O discurso sobre Mudanças Climáticas num texto de divulgação científica**: Textualização, Circulação e Leitura de Conhecimento Geocientíficos. I Simpósio de Pesquisa em ensino e história de ciência da terra. Campinas Unicamp.

GUTIERREZ, M.B. **O mercado de carbono e o mecanismo de desenvolvimento limpo**: A necessidade de um marco regulatório/institucional para o Brasil. Artigo, 2007 Pesquisadora da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA.

LOUETTE, A. **Gestão do conhecimento: Compêndio para a sustentabilidade: Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental**. 2. ed, São Paulo, WHH – Wiliis Harman House, AntaKarana, 2008.

LOVELOCK, J. **A vingança de gaia**. São Paulo: Intrínseca, 2006.

MARINA, L; TERCIO. **Geografia**. Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2001.

MATIAS, H.J.D; PINHEIRO, J.Q. Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre: Jan./Abr., v. 20, n. 1, 2008.
< www.scielo.br > Acesso em 12 de agosto de 2010.

MENDES, T. Revista Brasileira de Administração. **A única saída para o planeta: sustentabilidade**. Brasília: RBA, ano XVIII, n. 67, p. 24-30, Nov./Dez. 2008.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Carta da Terra**. Disponível em:
< www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra >
Acesso em 18 de dezembro de 2012.

NOBRE, D.; IMOLENE, R. Revista Brasileira de Administração. **Não basta desenvolver, tem que ser sustentável**. Brasília: RBA, ano XVII, n. 57, p. 24-30, Mar./Abr. 2007.

ORLANDI, E.P. **Ironia: Construção e destruição do sentido**. Uberaba, MG: 1988.

_____. **Terra à Vista!** Discurso do confronto: Velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: 1993.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Texto: Do sujeito na história e no simbólico, Campinas: Pontes, 2001, p. 99-108.

ORLANDI, E.P. (Org.) **A leitura e os leitores – Sentido, interpretação e história**. Carolina Rodrigues. 2. Ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **As formas do silêncio**. Campinas. Ed. Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **O que é lingüística?** 2.ed. São Paulo: Brasiliense: 2009.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 9.ed. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. In, *Cadernos de Estudos Linguísticos*: Campinas, SP. Unicamp, 1990.

_____. **“Discurso e Ideologia” In: Semântica e discurso**: (trad) Orlandi. Campinas, SP Unicamp, 1995.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Introdução às Ciências da Linguagem**. (Texto), 1999.

PLANALTO. **Decreto nº 99.274**. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D99274compilado.htm>
Acesso em 18 de dezembro de 2012.

ROSA, A.R. “Nós e os índices” – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: Out./Dez., v.48, n. 4, 2008.
< www.scielo.br > Acesso em 13/10/2010.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SACHES, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEIFFERT, M.E.B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 1. ed.2ª. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, J. V. **O sujeito no discurso ecológico sobre as atividades antrópicas em áreas de preservação permanente, na cidade de Pouso Alegre**. Tese de Mestrado, 2006, Univás, Pouso Alegre.

SILVA, T.D. **A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento**. Tese de Mestrado - Unicamp, Campinas, 1995.

_____. **A natureza como “patrimônio público”: discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil**. Artigo, p. 335-356. Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. **O consumo “politicamente correto”: mecanismos e efeitos da certificação das empresas e dos produtos**. V Congresso Internacional da Abralin, Univás, 2007.

_____. **Discurso ecológico e sujeito globalizado**. III SEAD – UFRGS, 2007.

_____. **Populações Tradicionais: Sobre a formulação e circulação de conceitos no discurso ambiental**. Artigo Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS e Laboratório de Estudos Urbanos/ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011.

TACHIZAWA T.; SCAIO O. **Organização flexível: qualidade na gestão por processos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TASSO & NASCIMENTO, **Protocolo de Quioto** – Análise de aspectos contábeis do mercado de carbono. 3º Simpósio FUCAPE de Produção Científica, 2009.

VEIGA, J.E. **Do global ao local**. Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. **Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

VEIGA, J.E.; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?** Campinas: Autores Associados, 2008 (Armazém do Ipê).

ANEXO

A CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos eqüitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades

básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

- a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.
- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

- a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.
- b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas.

d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.

- b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.
- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.**

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.
- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência eqüitativa de tecnologias ambientais saudáveis.
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
- e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.
- c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma eqüitativa e sustentável.

- a. Promover a distribuição eqüitativa da riqueza dentro das e entre as nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apóiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.**
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a eqüidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.
- b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.
- c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

- a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV.DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

- a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
- b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.
- d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.
- e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

- a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
- b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.
- c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.
- d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

- a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.
- b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.
- c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

- a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.

- b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.
- d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
- e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.
- f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

